

Quem disse ?

«Se os ricos não tratam da vida dos pobres, um dia serão os pobres a tratar da vida dos ricos»

António Guterres
RTP, 21 de Julho



Director **António José Seguro** • Director-adjunto **José Manuel Viegas**
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Edite Estrela
João Carlos Gralheiro
Jorge Coelho
Maria Lopes
Rui Caetano
Rui Iglésias Costal
Vital Moreira

Opinião

Equipamentos e transportes

Conciliar construção de auto-estradas com políticas sociais

Conciliar a construção de novas auto-estradas com investimentos na recuperação de vias secundárias e políticas sociais foi a meta apontada, ontem, pelo primeiro-ministro, António Guterres. Segundo António Guterres, que falava depois da inauguração dos sublanços da auto-estrada do Sul (A2), Portugal tem pela frente um programa de trabalhos «preciso e calendarizado».

O chefe do Executivo referiu que «estão em construção 350 quilómetros de auto-estrada. Temos também uma rede secundária para concluir e em muitos casos para manter e recuperar. Das 347 pontes inspeccionadas, dez por cento precisam de grandes obras de recuperação».

Os novos sublanços da A2, abertos ao público a partir das 17 horas de ontem, acrescentam 60 quilómetros de auto-estrada na ligação Lisboa- Algarve, entre Grândola Sul e Castro Verde-Ourique, e estão orçados em 26 milhões de contos.

Os dois sublanços em questão retiram alguns incómodos aos automobilistas.

Segundo a Brisa, a portagem da ligação Grândola Sul- Aljustrel custará 430 escudos e de Aljustrel-Castro Verde 360, valores para veículos da classe 1.

A ligação Lisboa/Algarve estará concluída no Verão de 2002, quando forem inaugurados mais 62 quilómetros, orçados em 74 milhões de contos.

No percurso inaugural estiveram também presentes o ministro do Equipamento Social, Ferro Rodrigues, o secretário de Estado ajunto do primeiro-ministro, Fausto Correia, bem como o antigo ministro das Obras Públicas João Cravinho.

GOVERNO EM DIÁLOGO

GUTERRES CRITICA ORTODOXIA NEOLIBERAL



O primeiro-ministro, António Guterres, nos dois dias de «Governo em diálogo» - 20 e 21 de Julho - no distrito de Coimbra realçou a obra feita pelo Executivo socialista, nomeadamente a aposta na sociedade de informação, e criticou os tecnocratas do economicismo, numa clara demarcação do período cavaquista, sublinhando a vertente da sensibilidade social dos socialistas. Foram dois dias de permanente contacto com a população e forças vivas do distrito de Coimbra e de lançamento de projectos em diversas áreas, no âmbito de uma política que combina desenvolvimento sustentado e consequente diminuição das assimetrias regionais com justiça social.

Governo

Guilherme d'Oliveira Martins anuncia Governo vai aprovar lista de organismos públicos a extinguir



Em conferência de Imprensa, o titular da pasta da Presidência e das Finanças, Guilherme d'Oliveira Martins, adiantou que serão extintos, reformulados ou objecto de fusão todas as estruturas temporárias da Administração Pública que o Governo considere já não terem objecto útil.

Comício de Rentrée
Valença do Minho
2 de Setembro





Guterres em Alta

O primeiro-ministro, António Guterres, mostrou, no fim-de-semana passado, que o Governo cumpre o que promete.

Numa visita à região de Coimbra, sempre acarinhado pela população, Guterres passou uma mensagem de optimismo, fazendo permanentes alusões à aposta na sociedade de informação e inaugurou um diversificado conjunto de equipamentos cujo lançamento tinha feito à quatro anos em 1997, no seu anterior «Governo em diálogo» pelo distrito.

Num périplo pelo distrito, Guterres privilegiou o acompanhamento de investimentos que têm por objectivo a diminuição das assimetrias regionais, sendo esse um dos motivos que o levou a visitar os concelhos do interior do distrito, casos de Tábua, Oliveira do Hospital, Góis, Miranda do Corvo e Penacova.

Salientando que os «governos em diálogo» servem «para perceber aquilo que importa corrigir na acção do Governo», Guterres referiu que nesta visita ao distrito de Coimbra teve a oportunidade de falar com organizações representativas de professores, com utentes de estradas, com profissionais do sector da saúde que querem novos hospitais e com autarcas que desejam mais investimentos.

Por isso, para o primeiro-ministro, os «governos em diálogo» são a forma mais «natural de contactar com os problemas das pessoas e com a realidade do país. Sublinhando a vertente da sensibilidade social dos socialistas e separando este tipo de iniciativas de quaisquer objectivos de cariz eleitoral, o primeiro-ministro irá continuar a fazer, por todo o País, «governos em diálogo», mesmo em período próximo das eleições autárquicas. Há uma importante tarefa de restabelecer a confiança no País e um dinamismo económico a impulsionar em Portugal. Não vamos abrandar o nosso ritmo de actividade, salientou António Guterres, adiantando que o Conselho de Ministros continuará a reunir semanalmente em de Agosto.

Esta política de proximidade com o cidadão que Guterres tanto privilegia é mais uma marca da governação socialista, por contraponto à longa noite cavaquista.

Ainda na sua visita ao distrito, Guterres apresentou, em Ceira, o Plano Nacional para a Inclusão, defendendo as subvenções do Estado como forma de promover a inclusão social, criticando os «adeptos da ortodoxia neoliberal».

Reduzir os níveis de severidade da pobreza em Portugal e garantir a integração nacional das respostas de emergência social são dois dos objectivos estratégicos do PNAI, que representa um investimento global de 250 milhões de contos por ano.

O plano prevê ainda lutar contra a pobreza nos contextos que a produzem e adoptar uma abordagem personalizada com garantia de contrato de inserção.



GOVERNO TOMA MEDIDAS PARA ATENUAR SUBIDA DE PREÇOS

Eram tempos de recessão, de crise do petróleo, de vacas magríssimas, de apertar o cinto, de inflação com dois dígitos.

Por isso, e conforme o «Acção Socialista» noticiava, o Conselho de Ministros do Governo PS/PSD, reunido em São Bento, anunciava em comunicado que ia tomar uma série de medidas que visavam amortecer o impacto de recentes subidas de preços dos factores de produção no sector agrícola.

Na página 2, o destaque ia para uma conferência de Imprensa de Manuel Alegre destinada a fazer o balanço da sua visita a Nicarágua.

«Para os socialistas democráticos, é um dever moral apoiar a Nicarágua, já que isso constitui um importante contributo para que a revolução se mantenha fiel ao seu projecto originário, democrático e pluralista», afirmava o camarada Manuel Alegre. **J. C. C. B.**

28 de Julho

Quem disse?

«Ser autarca implica em primeiro lugar uma disponibilidade total da sua vida pessoal para a dedicar à coisa pública»
Narciso Miranda



Fernando Valle faz 101 anos

O camarada Fernando Valle, presidente honorário do PS, referência moral de todos os socialistas, faz no próximo dia 30 de Julho, segunda-feira, 101 anos.

Médico de profissão, dedicou toda a sua vida à causa dos mais pobres. Um exemplo de cidadania e de fidelidade ineludível a valores e princípios. Parabéns camarada!



Cultura Sampaio quer Caldas da Rainha no caminho da afirmação

O Presidente da República afirmou, no dia 21, que as Caldas da Rainha estão «no bom caminho para se afirmarem em Portugal pela sua dimensão cultural».

Jorge Sampaio, que participou na inauguração da segunda ampliação do atelier/museu António Duarte, seu tio já falecido, sublinhou que nas Caldas da Rainha se vive «um momento único com a consolidação de um verdadeiro parque de esculturas».

O atelier/museu António Duarte faz parte do centro de artes das Caldas da Rainha, juntamente com o Museu João Fragoso. Também o Museu Barata Feyo, actualmente em construção, integrará o

centro de artes, estando em estudo a construção de mais duas unidades: uma para os trabalhos de Leopoldo de Almeida e outra para o espólio do escultor Concas. «No futuro, a cidade será um grande pólo de atracção cultural», vaticinou Sampaio, lembrando ter testemunhado a elaboração de algumas das peças agora expostas no museu com o nome do seu tio.

As obras de ampliação do Museu António Duarte custaram à autarquia local 60 mil contos e permitiram a introdução de uma galeria temporária, um centro de documentação, um espaço de serviços educativos para crianças e um atelier aberto a outros escultores.

Economia POE: 97 milhões de contos de investimento directo estrangeiro

Trinta e cinco contratos para investimento directo estrangeiro (IDE) em Portugal de 97 milhões de contos foram assinados, no dia 24, em Santa Maria da Feira.

Os projectos foram contratualizados ao abrigo do sistema de incentivos à modernização empresarial (SIME), no âmbito do programa operacional de economia (POE).

O investimento global é potenciado por incentivos de 21 milhões de contos.

Este conjunto de investimentos abrange os diversos sectores de actividade e integra os distritos de Viana do Castelo, Braga, Aveiro, Viseu, Coimbra, Lisboa, Setúbal e Évora

O número de projectos para a indústria ascende a 31, cujo investimento será de 94,5 milhões de contos e o incentivo de 19,8 milhões de contos.

No sector do comércio, os projectos apresentados foram dois, com 979 mil contos de investimento e 284 mil contos

de incentivo.

Nos serviços, apenas um projecto foi aprovado com um investimento de 285 mil contos e com um incentivo no valor de 75 mil contos.

No sector do turismo também foi apresentado apenas um projecto, cujo valor do investimento ascende a 2,4 milhões de contos e o incentivo atinge os 957 mil contos.

Segundo o Ministério da Economia, estes investimentos induzam efeitos económicos positivos, entre os quais a criação de 1470 postos de trabalho e um aumento de 1150 milhões de contos de facturação das empresas envolvidas e de 36 milhões de contos no valor acrescentado bruto.

Estes valores indiciam um crescimento significativo do IDE de natureza produtiva em Portugal, no quadro do POE.

Os projectos aprovados, serão realizados em 2001, 2002 e 2003, estando alguns já em curso.

Férias do «Acção Socialista»

Como acontece todos os anos, o «Acção Socialista» não se publica no mês de Agosto. Após esta edição de 26 de Julho, entramos de férias; voltaremos ao contacto com os nossos leitores em 6 de Setembro.

GUTERRES REALÇA SENSIBILIDADE SOCIAL DO PS E CRITICA ORTODOXIA NEOLIBERAL

O primeiro-ministro, António Guterres, nos dois dias de «Governo em diálogo» - 20 e 21 de Julho - no distrito de Coimbra realçou a obra feita pelo Executivo socialista, nomeadamente a aposta na sociedade de informação, e criticou os tecnocratas do economicismo, numa clara demarcação do período cavaquista, sublinhando a vertente da sensibilidade social dos socialistas. Foram dois dias de permanente contacto com a população e forças vivas do distrito de Coimbra e de lançamento de projectos em diversas áreas, no âmbito de uma política que combina desenvolvimento sustentado e consequente diminuição das assimetrias regionais com justiça social.

No primeiro dia, Guterres passou em revista a obra feita pelo seu Executivo em conjunto com a autarquia PS de Coimbra e passou uma mensagem de optimismo, em contraponto às carpideiras da direita, fazendo permanentes alusões à aposta na sociedade de informação, enquanto no segundo dia o discurso do primeiro-ministro teve por alvo «a ortodoxia neoliberal» e os políticos «obcecados com os números».

Falando na sessão de lançamento do Programa Nacional de Acção

para a Inclusão, na Freguesia de Ceira (Coimbra), um ambicioso programa interministerial que tem um orçamento de 250 milhões de contos por ano e que tem como público-alvo a franja mais vulnerável da sociedade portuguesa, os pobres e as pessoas em situação de exclusão social, o chefe do Governo fez um discurso intimista, procurando justificar por que razão optou pela política e não por ser um investigador na área da física.

O camarada António Guterres lembrou o «choque» que teve em jovem quando se deparou em pleno fascismo com fenómenos de «pobreza cruel» na zona de Lisboa.

Fenómenos que o primeiro-ministro lamentou serem escondidos pelo poder do Estado Novo, assim como por aqueles que o antecederam na condução do Governo.

«Lutar pelos pobres nunca deu votos. São as classes médias quem sempre resolveu as eleições em Portugal», sustentou o primeiro-ministro, que depois reivindicou para o seu Executivo a estratégia de «reconhecer e evidenciar a existência dos fenómenos de pobreza no



Primeiro-ministro alerta para condições favoráveis a incêndios

O primeiro ministro alertou no dia 21 para a possibilidade de haver, neste Verão, um agravamento das condições favoráveis à deflagração de incêndios florestais.

António Guterres salientou que a intensa pluviosidade do último Inverno permitiu que se desenvolvesse nas florestas portuguesas «uma massa orgânica em grande quantidade» que propicia a propagação dos fogos.

Ao realçar, em Miranda do Corvo, o papel que os bombeiros desempenham na defesa da floresta e na segurança das populações, Guterres considerou necessário que os cidadãos e as instituições se mobilizem contra o flagelo dos incêndios.

O primeiro-ministro interveio na inauguração do quartel dos Bombeiros Voluntários daquela vila, último acto do programa de dois dias realizado no distrito de Coimbra. Recordou, a propósito, que esteve há quatro anos naquele mesmo local, na cerimónia de lançamento da primeira pedra das instalações.

Jorge Cosme, presidente socialista da Câmara de Miranda do Corvo, manifestou-se optimista quanto à modernização do concelho, tendo António Guterres reiterado a disponibilidade do Governo para incrementar o desenvolvimento deste e doutros municípios do interior do distrito.

O chefe do Governo corroborou as esperanças do autarca na instalação do metropolitano ligeiro de superfície no Ramal da Lousã, que liga esta vila a Coimbra, passando por Miranda e Ceira.

Guterres, que estava acompanhado do ministro da Administração Interna, Nuno Severiano Teixeira, disse que «o Executivo aposta no desenvolvimento desse meio de transporte moderno».

Na ocasião, foi guardado um minuto de silêncio em memória de Belmiro Coutinho, um antigo comandante dos Bombeiros locais que esteve envolvido no processo que levou à construção do novo quartel da corporação, que já funciona há algum tempo. O primeiro-ministro inaugurou ainda, em Miranda do Corvo, a extensão de saúde de Semide, tendo aproveitado para efectuar uma breve visita ao medieval Convento de Santa Maria de Semide.

País», que, recorde-se, em pleno consulado cavaquista eram ignorados, sob o pano de fundo da então demagógica campanha laranja do Portugal de sucesso.

Antes de criticar a insensibilidade social reinante nos dez anos de maioria do PSD, Guterres ainda focou outra alegada diferença entre o seu Executivo e a realidade do período anterior a 1996.

«Tirando a polícia, quando tomei posse como primeiro-ministro, nenhuma entidade do Governo tinha responsabilidades directas em relação ao fenómeno da imigração, que já abrangia centenas de milhares de pessoas», disse, antes de responder às correntes políticas de direita em Portugal.

Guterres contra tecnocratas do economicismo

«Para aqueles que falam com sobrançeria do rendimento mínimo garantido - e que até desejavam acabar com ele - para os tecnocratas do economicismo, para os obcecados pela competitividade das empresas, que consideram qualquer défice um crime e qualquer despesa pública um pecado, respondo que não há competitividade nem progresso sem coesão social», contrapôs.

Guterres não poupou críticas aos defensores do «pensamento único» e da «ortodoxia neoliberal», que encaram a exclusão social como algo que só existe «por culpa dos próprios excluídos».

«Para eles respondo: no dia em que estivermos todos mortos, todos os equilíbrios macroeconómicos estarão satisfeitos», acrescentou.

Outra nota das intervenções de António Guterres, durante o «Governo em diálogo» no distrito de Coimbra, passou por tentar combater «um pessimismo» que disse existir nesta zona do País.

No jantar oferecido pela Universidade de Coimbra no Palácio de São Marcos, na sexta-feira, Guterres afirmou: «Todos nós, por vezes, somos dados a manifestações de pessimismo.»

«Eu próprio tive experiências desse tipo», referiu, antes de lançar o desafio aos quadros superiores de Coimbra para que não se deixem abater pelo sentimento de que «estão a ficar para trás em alguns aspectos» e utilizem a sua «acumulação de conhecimentos» num mundo onde «há uma transição rápida para a sociedade de conhecimento».

O discurso dos planos inovadores para Coimbra esteve também presente quando se referiu a obras como a remodelação da estação de Coimbra B, a desactivação da estação de Coimbra A, ou quando falou no novo Hospital Pediátrico, ou no pólo de tecnológico de indústrias médicas.

J. C. C. B.

REGRAS DE PERMANÊNCIA EM PORTUGAL PARA TRABALHADORES ROMENOS

Os governos português e romeno assinaram na passada quinta-feira, dia 19, em Lisboa, um acordo que estabelece um conjunto de regras e princípios que enquadram e facilitam a permanência de trabalhadores romenos em Portugal.

O acordo, com a validade de cinco anos prorrogáveis, foi assinado pelo secretário de Estado das Comunidades Portuguesas e pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade Social da Roménia com o objectivo de regulamentar a permanência temporária de cidadãos romenos para trabalhar em Portugal.

O protocolo prevê uma articulação directa entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) português



e o Ministério do Trabalho romeno, no âmbito da qual serão trocadas informações sobre as oportunidades de trabalho e os sectores de actividade em que estas existem, sobre disponibilidades de mão-de-obra e definidos critérios técnicos comuns relativos à classificação das actividades profissionais e o respectivo conteúdo funcional.

Assim, as empresas portuguesas interessadas devem apresentar ao IEFP as ofertas de trabalho, especificando o que pretendem do trabalhador e as regalias que lhe oferecem.

Estas propostas, depois de terem o parecer da Inspeção-Geral do Trabalho, são enviadas, através da embaixada de

Portugal na Roménia, ao Ministério do Trabalho romeno, que as remete para a Agência Nacional de Emprego, que se encarregará da selecção dos trabalhadores.

Cabe depois à embaixada portuguesa verificar se os candidatos têm o perfil adequado e não têm nenhum problema criminal, passando depois a organizar o processo de recrutamento dos trabalhadores.

No final, passar-lhes-á um visto de trabalho, após o parecer favorável dos serviços de estrangeiros e fronteiras.

Em Portugal, receberão um visto com duração igual à do contrato de trabalho e um guia sobre as condições de vida e de trabalho ao abrigo da lei portuguesa.

DESBUROCRATIZAR O NOTARIADO

O Executivo socialista decidiu, no dia 19, dispensar de escritura pública a realização de determinados actos relativos a sociedade, conferindo competência às Câmaras de Comércio e Indústria, bem como aos advogados e solicitadores para efectuarem reconhecimentos e certificar ou fazer e certificar traduções de documentos. Este decreto-lei, que foi aprovado na passada reunião de Conselho de Ministros, que decorreu, quinta-feira, em Lisboa, vem concretizar o objectivo assumido no programa do Governo de reduzir o número de actos sujeitos a escritura pública, bem como desburocratizar o sistema de notariado, mediante a simplificação e



redução do número de actos que carecem de certificação notarial.

Para a concretização deste objectivo, este diploma introduz significativas alterações ao Código das Sociedades Comerciais por forma a dispensar de escritura pública inúmeros actos da vida societária.

É o que acontece, designadamente, com o penhor de participações sociais, com a transmissão de partes sociais nas sociedades em nome colectivo, desde que não detenham bens imóveis, bem como com a unificação de quotas e a partilha ou divisão de quotas entre contitulares.

Prevê-se ainda que, aquando da celebração do contrato social, o depósito das entradas em dinheiro, já realizadas, possa ser

comprovado por declaração dos sócios, sob sua responsabilidade.

Paralelamente, o referido diploma vem permitir que o pacto social constitutivo de sociedades de advogados conste de escrito particular, excepto quando haja entradas de bens imóveis.

Por outro lado, e na prossecução dos objectivos delineados quanto à introdução de formas alternativas de atribuição de valor probatório a documentos, este diploma vem permitir que os reconhecimentos com menções especiais, por semelhança, e a tradução ou a certificação da tradução de documentos possa ser efectuada pelas câmaras de comércio e indústria, bem como por advogados e solicitadores.

APROVADAS ALTERAÇÕES AO CÓDIGO DE REGISTO CIVIL

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 19, a alteração do Código do Registo Civil, em vigor desde 1995.

A decisão implica alterações pontuais ao quadro normativo do Registo Civil que concretizam a indispensável simplificação do sistema de registo, com vista a uma maior eficácia e celeridade na resposta às solicitações dos utentes que têm

constituído objectivos sempre presentes na reformulação do enquadramento legislativo da actividade registral.

A título ilustrativo, destacam-se a simplificação da transcrição de assentos e a eliminação dos averbamentos de trasladação, cremação e de incineração de cadáveres. Por outro lado, reconhecendo-se ainda a urgência em libertar os arquivos das conservatórias do registo civil do acervo

documental cuja conservação se não justifica, introduzem-se significativas alterações no âmbito da destruição de documentos, bem como no regime da transferência de livros e documentos para outros arquivos.

Por último, salienta-se, ainda, a adequação de normativos do Código do Registo Civil a alterações legislativas entretanto introduzidas, como é o caso da extinção

dos Institutos de Medicina Legal e da circunstância de ter sido eliminada a emissão de bilhete de identidade de cidadão estrangeiro.

Esta iniciativa concorre, igualmente, para a maior fidedignidade das Bases de Dados de Identificação Civil e de Recenseamento Eleitoral, aperfeiçoando os mecanismos de actualização dos dados comunicados nos termos da Lei do Recenseamento Eleitoral.

AGRICULTURA

Calamidade está dependente dos agricultores

O Governo só pode accionar o «fundo de calamidade» se os agricultores comunicarem ao INGA os dados relativos à produção da última campanha, afirmou, no dia 20, o ministro da Agricultura.

«É espantoso que algumas associações de agricultores estejam a reclamar uma atitude da parte do Executivo, se o accionamento do mecanismo depende de informações que só podem ser disponibilizadas pelos próprios produtores», explicou Capoulas Santos.

Segundo os dados do ministério, dos 59.195 produtores inscritos no INGA para a campanha em causa, apenas 42 transmitiram, até hoje, as informações necessárias. «Desde 1 de Julho que os produtores podem comunicar as suas declarações de seguros ao INGA, para averiguar se os dados apontam no sentido de uma chamada calamidade agrícola», assegurou o governante.

Em 1996, o Governo instituiu um sistema de apoio aos agricultores que define calamidade agrícola sempre que a produção de uma determinada cultura, numa determinada área geográfica, seja igual ou inferior a 50 por cento da produção média dessa cultura nos últimos seis anos, excluindo o pior.

Capoulas Santos reiterou que a declaração da calamidade agrícola não depende da «boa vontade» do ministério, e que nunca pôs em causa que este ano tenha sido «um mau ano para os cereais, devido às chuvas persistentes».

No entanto, «sem os dados referentes a pelo menos 60 a 70 por cento dos agricultores não é possível classificá-lo de calamidade».

O ministro lembrou ainda que o sistema de apoios em vigor foi instituído com o acordo da Comissão Europeia e que, de outro modo, o Governo não poderia oferecer quaisquer ajudas aos produtores sob pena de serem apelidadas de ajudas nacionais, proibidas segundo as regras comunitárias.



JUSTIÇA

Excluir «fantasmas» das eleições

O Governo aprovou no dia 19 um decreto que tem como objectivo combater os eleitores «fantasma» em actos eleitorais, obrigando os serviços de registo civil a comunicarem obrigatoriamente os óbitos ao recenseamento eleitoral.

De acordo com o ministro da Justiça, António Costa, com as alterações agora introduzidas ao Código de Registo Civil evita-se «o empolamento dos cadernos eleitorais».

A existência de eleitores «fantasma» tem gerado dúvidas sobre qual a real taxa de abstenção existente em Portugal nos últimos actos eleitorais.

A partir do momento em que seja certificado um óbito, a Base de Dados de Identificação Civil e de Recenseamento Eleitoral tem de receber essa informação, o que permitirá uma permanente actualização dos cadernos eleitorais.

Por outro lado, o diploma introduz mecanismos de simplificação da transcrição de assentos e a «eliminação dos averbamentos de trasladação, cremação e de incineração de cadáveres».



SAÚDE

Conter vendas da indústria farmacêutica

O ministro da Saúde quer conter as vendas da indústria farmacêutica, que afirma não serem compatíveis com os limites financeiros do serviço público de saúde, podendo para tal colocar limites à prescrição.

Correia de Campos, que falava aos jornalistas, no passado dia 20, antes da sua intervenção no ciclo de conferências «O Serviço Nacional de Saúde (SNS) e o Sistema de Saúde em Portugal», que decorreu em Lisboa, justificou esta intenção pelo facto de o SNS «ter muito menos meios [comparativamente aos laboratórios] de filtrar os gastos com medicamentos».

«O sector tem de perceber que se der cabo da galinha dos ovos de ouro, não há mais ovos», afirmou Correia de Campos.

Porém, o responsável pela pasta da Saúde frisou querer esperar primeiro pelas propostas dos laboratórios em matéria de «auto-contenção», sustentando que se tal não ocorrer, tem meios para a concretizar.

Entre estes, Correia de Campos apontou o fixar limites às prescrições, avançar para uma «gestão mais cuidada dos orçamentos clínicos» ou mesmo retirar medicamentos do sistema de comparticipações.

Medidas com que – voltou a frisar – não quer avançar imediatamente, pois o relacionamento que pretende com a indústria farmacêutica, que considerou «muito responsável», é o da «cooperação».



DEFESA

Corte na despesa pública não compromete submarinos

O ministro da Defesa, Rui Pena, garantiu, no dia 20, que a redução da despesa pública não comprometerá a compra de submarinos para a Marinha nem as missões internacionais das Forças Armadas.

Durante uma visita à Base Naval do Alfeite, no concelho de Almada, o governante negou que os cortes na despesa pública afectem o processo de aquisição de submarinos para a Armada e as missões internacionais.

Rui Pena referiu-se apenas à «optimização de recursos», designadamente nos gabinetes e direcções-gerais.

O ministro refutou também o argumento de que a contenção na despesa pública esteja a ter reflexos na actuação das Forças Armadas, afirmando que estas «continuam a garantir no terreno a operacionalidade».

Questionado acerca do processo de aquisição de três submarinos para a Marinha, Rui Pena manifestou a intenção de pedir a elaboração de um novo parecer a uma entidade independente.

«Trata-se de um procedimento normal e correcto de quem tem de decidir», disse, adiantando, no entanto, que o relatório final da comissão do processo «é um trabalho meritório».

EQUIPAMENTO SOCIAL

Traçado da A7 está a ser reavaliado

O ministro do Equipamento Social, Ferro Rodrigues, disse, no dia 21, em Cabeceiras de Basto, que o traçado da auto-estrada A7, que é contestado pela Câmara de Guimarães, está a ser reavaliado.

Em declarações à Comunicação Social, o governante sublinhou que o tema foi debatido em reunião realizada dias antes entre o presidente da Câmara de Guimarães, António Magalhães e o secretário de Estado das Obras Públicas, Vieira da Silva, estando, por isso, a ser analisado com a empresa construtora, a AENOR, Auto-Estradas do Norte, SA, com vista a uma eventual alteração do percurso.

Ferro Rodrigues fez, no entanto, questão de sublinhar que nada está ainda decidido, não dando, portanto, como adquiridas as exigências do Município vimaranense.

«Vim aqui como dirigente do PS e não como ministro», afirmou, numa alusão à sessão pública de apresentação da recandidatura de Joaquim Barreto à Câmara de Cabeceiras.



TRABALHO E SOLIDARIEDADE

Estão a cair as máscaras da «responsabilidade»

O ministro do Trabalho e da Solidariedade criticou «responsáveis políticos», no passado dia 22, apelidando-os de demagogos, pela sua objecção à política governamental de Rendimento Mínimo Garantido e posição face à imigração.

Pedroso falava em Matosinhos, durante uma cerimónia de inauguração das novas instalações da Associação local de Pescadores Aposentados, não precisou o nome dos políticos.

Referindo-se à terceira idade, Paulo Pedroso friso que, «durante demasiados anos, Portugal não tratou bem os seus idosos e continua a ser um País onde estes fazem parte do grupo que tem maiores dificuldades».

«A maneira como tratamos os idosos é um sinal do que somos», afirmou Pedroso numa alusão a cerimónia de inauguração das novas instalações da Associação dos Pescadores Aposentados de Matosinhos, equipamento que – frisou – é destinado a um dos grupos que considera «prioritários quando se fala de solidariedade».

O ministro argumentou em seguida que «é chegado o momento em que alguma máscaras começam a cair, e em que por detrás de um grande consenso em torno das questões da solidariedade, começam a aparecer discursos que merecem um debate na sociedade portuguesa».

Falando sobre «responsáveis políticos» que afirmam que «Portugal devia prescindir dos imigrantes e do Rendimento Mínimo Garantido, em nome da solidariedade social», Paulo Pedroso considerou que «esta é uma das formas mais primárias, demagógicas e contrárias à solidariedade de um discurso social».



CONSELHO DE MINISTROS Reunião de 19 Julho

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que dispensa de escritura pública a realização de determinados actos relativos a sociedade, confere competência às Câmaras de Comércio e Indústria, bem como aos advogados e solicitadores para efectuarem reconhecimentos e certificar ou fazer e certificar traduções de documentos;
- Um decreto-lei que altera o Código do Registo Civil;
- Um decreto-lei que fixa o regime aplicável ao não cumprimento da obrigação, a cargo das sociedades cooperativas e titulares dos estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, de aumento do respectivo capital até aos valores mínimos;
- Um decreto-lei que estabelece o regime da celebração de casamentos civis fora do horário de funcionamento dos serviços e aos sábados, domingos e feriados;
- Um diploma que estabelece o regime jurídico para a exploração de massas minerais-pedreiras;
- Um decreto-lei que aprova as bases da concessão da concepção, projecto, construção, financiamento, exploração e conservação de lanços de auto-estrada e conjuntos vários associados, designada por concessão Scut Norte Litoral e Resolução que aprova a minuta do contrato da concessão de lanços de auto-estradas e conjuntos vários associados a celebrar entre o Estado Português e a Euroscut Norte – Concessionária da Scut do Norte Litoral, SA;
- Um diploma que altera o decreto-lei que constitui a sociedade anónima Euro-2004 – Sociedade Promotora da Realização em Portugal da Fase Final do Campeonato Europeu de Futebol de 2004, SA e aprova os respectivos estatutos;
- Um decreto-lei que constitui a sociedade anónima Portugal 2004 – Sociedade de Acompanhamento e Fiscalização do Programa de Construção dos Estádios e outras Infra-estruturas para a Fase Final do Campeonato Europeu de Futebol de 2004, SA, e aprova os respectivos estatutos;
- Um decreto-lei que prorroga os contratos de concessão da exploração dos jogos de fortuna ou azar nos casinos das zonas de jogo do Algarve, Espinho, Estoril, Figueira da Foz e Póvoa de Varzim, altera o regime contratual da concessão de jogo da Figueira da Foz e introduz um regime especial de deduções nas contrapartidas anuais de exploração a liquidar pelas concessionárias das referidas zonas de jogo;
- Um decreto-lei que suspende a entrada em vigor do prazo a que se refere o artigo 29.º do decreto-lei que aprova o novo Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR);
- Um decreto-lei que permite, a título excepcional, a atribuição do grande-colar da Ordem Nacional do Infante D. Henrique ao general Rocha Vieira;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva comunitária relativa à limitação das emissões de compostos orgânicos voláteis resultantes da utilização de solventes orgânicos em certas actividades e instalações;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 365/98, de 21 de Novembro, e transpõe para o ordenamento jurídico nacional a legislação europeia que estabelece os critérios de pureza específicos dos aditivos alimentares com excepção dos corantes e dos edulcorantes;
- Um decreto-lei que procede à inclusão de 13 substâncias activas no anexo I ao decreto-lei que adopta normas técnicas de execução referentes à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado, transpondo para a ordem jurídica nacional as respectivas directivas comunitárias;
- Uma resolução que aprova a minuta do contrato de concessão do exercício da actividade de recuperação ambiental das áreas minerais degradadas, a celebrar entre o Estado Português e a EXMIN – Companhia de Indústria e Serviços Minerais e Ambientais, SA;
- Uma resolução que prorroga o prazo de duração do mandato da equipa de missão encarregada de elaborar o Código da Administração Autárquica e altera a composição do núcleo permanente da equipa de missão.

O Conselho de Ministros aprovou igualmente os seguintes 25 contratos de investimento:

- Uma resolução que aprova as minutas do contrato de investimento e respectivos anexos a celebrar entre o Estado Português e Saint-Gobain Emballage, SA, e Saint-Gobain Vicasa, SA e a Vidreira do Mondego, Lda., para expansão e modernização da actual unidade industrial desta última, através da instalação de um terceiro forno e de mais duas linhas de produção;
- Uma resolução que aprova as minutas do contrato de investimento e respectivos anexos a celebrar entre o Estado Português, a Yasaki Corporation e a Yasaki Saltano de Ovar, para a reestruturação, modernização tecnológica e aumento da capacidade produtiva desta última;
- Uma resolução que aprova as minutas do contrato de investimento e respectivos anexos a celebrar entre o Estado Português e Tyco Electronics Corporation, Tyco Group SARL, Tyco International Group, SA, e a Tyco Electronics Componentes Electromecânicos, Lda, para modernização da unidade fabril desta última em Évora, visando o aumento da produtividade e competitividade e o reforço da sua capacidade estratégica;
- Uma resolução que aprova as minutas do contrato de investimento e respectivos anexos a celebrar entre o Estado Português e a SAI Automotive Portugal, SA, para modernização da unidade fabril desta última, com o objectivo de assegurar os fornecimentos em sistema de «just in time» para a linha de montagem dos veículos produzidos pela Autoeuropa-Automóveis, Lda.;
- Uma resolução que aprova as minutas do contrato de investimento e respectivos anexos a celebrar entre o Estado Português, a Royal Philips Electronics NV e a Philips Portuguesa, SA, para a melhoria da produtividade global desta sociedade, através da optimização dos principais processos de fabrico do produto;
- Uma resolução que aprova as minutas do contrato de investimento e respectivos anexos a celebrar entre o Estado Português, a Hovione Holding, LTD e a Hovione Farmacêutica, SA, para a expansão e modernização da unidade industrial desta última, localizada em Loures, através de investimentos na optimização do processo básico da sua actividade, em novas tecnologias de informação, protecção ambiental, higiene e saúde e qualidade e qualificação dos recursos humanos;
- Uma resolução que aprova as minutas do contrato de investimento e respectivos anexos a celebrar entre o Estado Português e a Faurecia Société Anonyme, Bertrand Faure – Société de

- Participations, SA, e a Faurecia – Assentos de Automóvel, Lda para expansão e moderniza  o da actual unidade industrial desta última em São João da Madeira, com vista ao reforço da sua competitividade, optimiza  o da sua capacidade produtiva e qualifica  o de recursos humanos;
- Uma resolu  o que aprova as minutas do contrato de investimento e respectivos anexos a celebrar entre o Estado Português e Continental Aktiengesellschaft e a Continental Mabor – Indústria de Pneus, SA, para a implementa  o da nova unidade de produ  o, integrada na unidade industrial desta última em Lousado, e a diversifica  o da oferta, com melhorias ao nível da qualidade e segurança e das condi  es ambientais, através da introdu  o de novas tecnologias;
- Uma resolu  o que aprova as minutas do contrato de investimento e respectivos anexos a celebrar entre o Estado Português, a Continental Aktiengesellschaft e a Continental Mabor – Indústria de Pneus, SA, para a moderniza  o de processos e produtos e aumento da capacidade produtiva da unidade industrial desta última em Palmela;
- Uma resolu  o que aprova as minutas do contrato de investimento e respectivos anexos a celebrar entre o Estado Português, a Robert Bosch GmbH, a Blaupunkt GmbH e a Blaupunkt – Auto-Rádios Portugal, Lda, para a moderniza  o da unidade industrial desta última em Braga, visando o aumento da sua produtividade e competitividade e o reforço da sua capacidade estratégica;
- Uma resolu  o que aprova as minutas do contrato de investimento e de concessão de incentivos financeiros a celebrar entre o Estado Português e a Iwaytrade.Com – Sistemas de informa  o, SA, para a cria  o de um Marketplace;
- Uma resolu  o que aprova as minutas do contrato de investimento e de concessão de incentivos financeiros a celebrar entre o Estado Português e a SOMIT – Sociedade de Madeiras Industrializadas e Transformadas, SA, com vista a maximizar o valor acrescentado da matéria prima lenhosa, alargar a gama de produtos em novos mercados e assegurar a qualidade da matéria-prima para aglomerados e papel;
- Uma resolu  o que aprova as minutas do contrato de investimento e de concessão de incentivos financeiros a celebrar entre o Estado Português e a Sanindusa – Indústria de Sanitários, SA, com vista a aumentar a capacidade produtiva, através de equipamentos de última gera  o, instalar uma nova unidade, aumentando a eficiência e a qualidade e iniciando a fabrica  o de novos produtos;
- Uma resolu  o que aprova as minutas do contrato de investimento e de concessão de incentivos financeiros a celebrar entre o Estado Português e a Salvador Caetano – Indústrias Metalúrgicas Veículos Automóveis, SA, com vista    melhoria do processo produtivo, aumento da incorpora  o nacional na montagem dos veículos, e desenvolvimento de novos processos de produ  o;
- Uma resolu  o que aprova as minutas do contrato de investimento e de concessão de incentivos financeiros a celebrar entre o Estado Português e a Inter Champagne – Fábrica de Rolhas de Champagne, SA, com vista ao aumento da capacidade produtiva, e    cria  o de uma nova unidade de granaula  o e melhoria das infra-estruturas e equipamentos com melhoramentos ambientais;
- Uma resolu  o que aprova as minutas do contrato de investimento e de concessão de incentivos financeiros a celebrar entre o Estado Português e a Cimpor – Indústria de Cimentos, SA, para a promo  o da moderniza  o e reforço da posi  o competitiva da empresa;
- Uma resolu  o que aprova as minutas do contrato de investimento e de concessão de incentivos financeiros a celebrar entre o Estado Português e a Corticeira Amorim – Indústria, SA, para o desenvolvimento de novos produtos ou aplica  es, através da utiliza  o das tecnologias;
- Uma resolu  o que aprova as minutas do contrato de investimento e de concessão de incentivos financeiros a celebrar entre o Estado Português e a Amorim Revestimentos, SA, para a instala  o de uma nova linha de fabrico de um produto com características inovadoras e investir na aquisi  o de novos equipamentos tecnologicamente inovadores no sector, bem como na reorganiza  o do reorganiza  o do lay-out;
- Uma resolu  o que aprova as minutas do contrato de investimento e de concessão de incentivos financeiros a celebrar entre o Estado Português e a Amorim Irmãos, SA, para a cria  o de duas unidades industriais dedicadas    prepara  o e selec  o de cortiça;
- Uma resolu  o que aprova as minutas do contrato de investimento e de concessão de incentivos financeiros a celebrar entre o Estado Português e a Amorim Industrial Solutions – Indústria de Cortiça e Borracha I, SA, para dotar a empresa e a Unidade de Negócios de novas competências, dos recursos e meios necessários para operacionalizar a estratégia de valoriza  o da fideira da cortiça;
- Uma resolu  o que aprova as minutas do contrato de investimento e de concessão de incentivos financeiros a celebrar entre o Estado Português e a TMG – Tecidos Pl  stificados e outros Revestimentos para a Indústria Automóvel, SA, para expandir o valor acrescentado dos seus produtos e optimizar a utiliza  o de recursos naturais, com melhorias ambientais;
- Uma resolu  o que aprova as minutas do contrato de investimento e de concessão de incentivos financeiros a celebrar entre o Estado Português e a Têxtil Manuel Gonçalves, SA, para moderniza  o produtiva incluindo o desenvolvimento de novos produtos e processos de fabrico em colabora  o com centros tecnológicos nacionais, qualifica  o dos recursos humanos, certifica  o e qualidade;
- Uma resolu  o que aprova as minutas do contrato de investimento e de concessão de incentivos financeiros a celebrar entre o Estado Português e a Refrege – Sociedade Industrial de Refrigerantes, SA, para a reestrutura  o e moderniza  o produtiva com elevada flexibilidade, melhorias ambientais e padrões de qualidade elevados;
- Uma resolu  o que aprova as minutas do contrato de investimento e de concessão de incentivos financeiros a celebrar entre o Estado Português e a MDA – Moldes de Azeméis, Lda, para o aumento da capacidade produtiva, desenvolvimento de novos modelos para a estrutura automóvel, encurtamento de prazos de fabrico e melhoria da qualidade;
- Uma resolu  o que aprova as minutas do contrato de investimento e de concessão de incentivos financeiros a celebrar entre o Estado Português e a Fapricela – Indústria de Trefil  ria, SA, com vista a aumentar a capacidade produtiva com tecnologia inovadora e a fabrica  o de um novo produto, instalando uma nova linha de fabrico com melhoria da eficiência e da qualidade.

LÍDERES MUNDIAIS RECONHECEM NECESSIDADE DE DEBATE PÚBLICO

Os chefes de Estado e de Governo dos países mais ricos declararam-se no dia 22 a favor de uma «vasta parceria com a sociedade» e da instauração de um debate «público sobre os desafios importantes» que atingem as suas sociedades, segundo o comunicado final do G8.

«Acreditamos na importância fundamental de um debate público sobre os desafios importantes que as nossas sociedades têm de enfrentar», sublinha o documento, no qual os líderes políticos dos sete países mais desenvolvidos do Ocidente e mais a Rússia asseguram que irão «promover soluções inovadoras baseadas numa vasta parceria com a sociedade civil e com o sector privado». O texto de cinco páginas é inteiramente consagrado às questões do desenvolvimento sustentável, do ambiente e de redução da dívida dos países pobres.

As relações de cooperação com a África foram abordadas num comunicado divulgado sábado, no qual os países mais ricos do



mundo e a Rússia se comprometeram a aplicar, no prazo de um ano, as bases para uma nova colaboração com o continente africano.

A iniciativa do G8, que será conhecida pelo nome de Plano de Génova para África, propõe pistas para desenvolver o investimento privado no continente, incrementar o comércio interno e externo, melhorar a saúde pública, lutar contra a corrupção e combater a fome.

O plano para África incidirá igualmente na prevenção de conflitos, na gestão das empresas e nas novas tecnologias.

Jean Chretien, primeiro-ministro canadiano, também colocou África na lista das prioridades do G8, anunciando que o continente em questão será um dos principais temas a debater na próxima cimeira do G8, que decorrerá no seu país.

Ajudar África é um investimento

«Ajudar África, não é caridade, é um

investimento», explicou o líder do Executivo canadiano em conferência de Imprensa. Os líderes mundiais anunciaram ainda que o Fundo Mundial contra a sida e doenças infecciosas, deverá estar operacional «antes do fim do ano» e que beneficiará de 500 milhões de dólares (114 milhões de contos) suplementares.

Asseverando que todos consideram ser necessário reduzir as emissões de gases geradores de efeito de estufa, os países do G8 limitaram-se a constatar o seu «desacordo» sobre o protocolo de Quioto e sua ratificação, rejeitada pelos Estados Unidos.

«Estamos firmemente de acordo sobre a necessidade de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. Apesar de existir actualmente um desacordo sobre o protocolo de Quioto e sua ratificação, comprometemo-nos a trabalhar intensivamente em conjunto para alcançar o nosso objectivo comum», garantem os chefes de Estado.

BSE

Capoulas Santos afirma

PORTUGAL QUER RECUPERAR MERCADOS APÓS FIM DO EMBARGO

A recuperação dos antigos mercados importadores de carne bovina portuguesa, como Angola e Espanha, e o aumento da produção nacional são os objectivos de Portugal após o levantamento do embargo às exportações.

Isso mesmo disse no dia 23 em Bruxelas o ministro da Agricultura português, Capoulas Santos, que, em vésperas da fixação da data para o fim do embargo, insistiu em apelar à situação de «injusta e desproporcionada». Bruxelas aprovou quarta-feira uma proposta que indica o dia 1 de Agosto para o reinício das exportações portuguesas de carne bovina e derivados, uma proibição imposta em Novembro de 1998.

A vocação nacional na exportação de carne é fraca - apenas duas mil toneladas por ano, essencialmente para Espanha e Angola -, mas mesmo assim, Capoulas Santos quer recuperar estes mercados, ao mesmo tempo que irá apostar num aumento da produção de carne bovina, tendo em vista o consumo nacional.

«No futuro, há que recuperar os mercados importadores e incentivar a produção de carne bovina, uma vez que esta crise veio revelar a inegável preferência dos portugueses pela carne nacional, o que vai ser a nossa prioridade», afirmou, à margem



do Conselho de Ministros da Agricultura da União Europeia.

Capoulas Santos não esquece, no entanto, os 32 meses do embargo, alguns dos quais considera terem sido decididos com base em critérios «subjectivos».

«A Comissão Europeia não invocou nenhuma razão objectiva para aplicar o embargo e existe uma incoerência, dado que o mesmo rigor preventivo não está agora a prevalecer em relação aos países que têm vindo a aumentar a incidência da doença, entre os quais se encontram grandes potências», afirmou.

Apesar disso, o ministro não defende a imposição de embargos, mas constata que os princípios aplicados a Portugal não estarão a ser utilizados para todos.

SOLIDARIEDADE

Moçambique

COMISSÃO EUROPEIA ATRIBUI 840 MIL EUROS PARA AJUDA A VÍTIMAS DAS CHEIAS

A Comissão Europeia atribuiu a Moçambique um total de 840 mil euros (168 mil contos) para ajuda às 35 mil pessoas ainda desalojadas em consequência das últimas cheias que assolaram o país.

A ajuda a Moçambique faz parte de um pacote de ajuda humanitária da Comissão Europeia a cinco países, quatro deles em África, no valor de 8,5 milhões de euros (1,7 milhões de contos).

«Estes fundos», explica o executivo comunitário, «ajudarão a cobrir as necessidades imediatas da população desalojada», nomeadamente na construção de infra-estruturas provisórias de abrigo, assistência sanitária e alimentos.

O regresso das pessoas às suas casas e a «reabilitação» da agricultura local são outros dos objectivos da Comissão, que lembra ter já transferido dois milhões de euros (400 mil contos) para Moçambique, através do seu organismo de ajuda humanitária (ECHO).

O executivo comunitário lembra que existem ainda «cerca de 35 mil pessoas» desalojadas em consequência das inundações que assolaram Moçambique na Primavera de 2000 e princípios de

2001.

O maior beneficiário do pacote de ajuda humanitária aprovado é o Quênia, que recebe 3,1 milhões de euros (621 mil contos) para fazer face à seca no país «durante a última década», que tem afectado «zonas de pastorícia» no Norte do território.

Logo a seguir nas prioridades do comissário Poul Nielson para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária vem o Iemen, contemplado com 1,8 milhões de euros (360 milhões de contos), que enfrenta uma «crise esquecida» que persiste desde que a guerra civil terminou no país em 1994.

Neste país do Médio Oriente «um quarto da população vive abaixo da linha da pobreza» e «mais de um terço não tem acesso a água potável segura» e, por isso, o programa comunitário destina-se a projectos de «reabilitação de centros sanitários», «estradas» e «reservas de água».

A República Centro-Africana, com um milhão de euros (200 mil contos) e a Somália, com 1,7 milhões de euros (340 mil contos), são os restantes países abrangidos pela decisão do executivo comunitário.

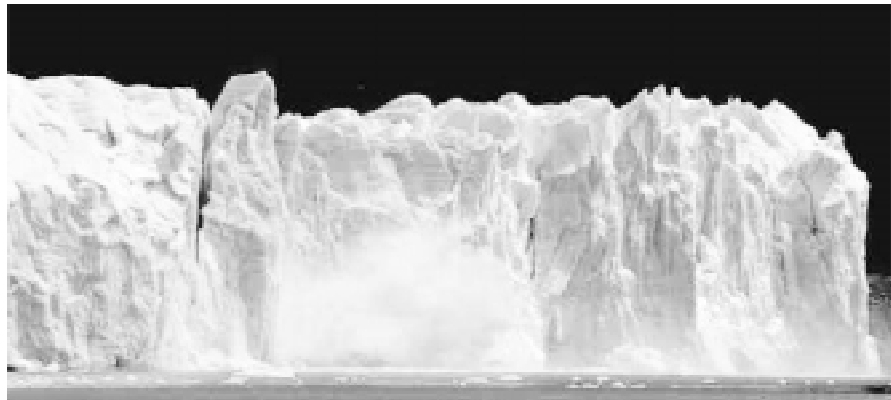
ACORDO SOBRE APLICAÇÃO DO PROTOCOLO DE QUIOTO

A Conferência do Clima, em Bona, aceitou no dia 23 o Protocolo de Quioto sobre a redução dos gases de estufa, graças a várias concessões ao Japão, que se tornou um país-chave depois do não dos EUA a este documento.

A notícia foi divulgada no dia 23 de manhã pelo porta-voz da ONU, Michael Williams, após quase 40 horas consecutivas de negociações entre os representantes de 178 Estados.

O Protocolo poderá assim entrar em vigor em 2002, como estava previsto.

«Conseguimos um acordo, sobretudo graças à posição da União Europeia, e assim salvámos o Protocolo de Quioto e abrimos caminho à sua ratificação», disse também o ministro do Ambiente alemão, Juergen Trittin. A UE teve papel preponderante na moderação entre o Japão e os países em vias de desenvolvimento (Grupo dos 77), na última fase das discussões, referentes ao controlo da redução das emissões dos seis gases que provocam o aquecimento da atmosfera. «Todas as partes fizeram cedências. A União Europeia aprovou a descida da percentagem de redução de emissões, e obteve, em contrapartida, a garantia de um controlo rigoroso do processo», afirmou após as longas negociações a sueca Margot Wallstrom, comissária europeia para o



Ambiente.

«É um bom dia para o mundo global, salvámos o Protocolo de Quioto», disse também aos jornalistas o ministro do Ambiente dinamarquês, Sven Aukem.

Para que o acordo entre em vigor, é necessária a aprovação de pelo menos 55 países responsáveis por um mínimo de 55 por cento

das emissões, com base em níveis de 1990. Apesar das limitações, a União Europeia e alguns ambientalistas consideraram o acordo necessário, para tentarem obter algumas melhorias mais tarde, e sobretudo para fazerem frente à decisão dos EUA de abandonar o Protocolo de Quioto. Segundo avaliações dos cientistas, se as

emissões de gases de estufa não diminuírem, a temperatura do planeta poderá subir até mais seis graus centígrados nos próximos 100 anos, provocando uma subida, até quase um metro, do nível dos oceanos, o que obrigará à retirada de mais de 200 milhões de pessoas de ilhas e zonas costeiras até ao fim do século.

ONU AVALIA O FOSSO DIGITAL ENTRE PAÍSES POBRES E RICOS

Tanzânia, África do Sul, Roménia e Bolívia vão servir como casos de estudo para uma iniciativa das Nações Unidas que pretende aferir o fosso digital entre os países ricos e pobres.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a firma de consultores Accenture e a Fundação sem fins lucrativos Markle vão enviar, durante o Verão, peritos para ajudar esses países em vias de desenvolvimento a expandirem o acesso à Internet e outras redes de comunicação.

Um relatório de 86 páginas divulgado pelo consórcio, a Iniciativa Oportunidade Digital, conclui que os países mais pobres podem melhorar os seus níveis de vida adoptando leis favoráveis ao comércio, construindo infra-estruturas de comunicação e formando os trabalhadores na utilização da Internet.

O relatório sugere a utilização da tecnologia sem fios em países em desenvolvimento onde o monopólio governamental no sector

das telecomunicações tem impedido ou dificultado a oferta de chamadas baratas de longa distância ou ligações à Internet.

«Acho que temos uma ideia de como devemos fazer», disse o administrador do PNUD, Mark Malloch Brown.

As três partes vão mandar, sem quaisquer encargos, consultores a estes países em desenvolvimento.

Os consultores vão examinar e recomendar novas políticas em cinco áreas: infra-estruturas tecnológicas, desenvolvimento de recursos humanos, empresariado, política governamental e criação de conteúdos locais para a Internet.

Se os casos piloto tiverem sucesso, as equipas de consultores vão tentar analisar as necessidades e aconselhar mais 25 países em desenvolvimento durante o próximo ano, disse Denis Gilhooly, um consultor de política tecnológica para o PNUD.

Entretanto, os governos do Azerbaijão, Turquemenistão e Jugoslávia já adoptaram como suas as recomendações políticas

descritas no relatório, disse Gilhooly.

Apesar dos consultores serem pagos, ainda não existe qualquer fonte de fundos para as acções concretas ultimamente recomendadas por eles.

O plano foi lançado no meio da polémica sobre o denominado «fosso digital», o abismo que separa os ricos tecnologicamente literatos das massas mais pobres do mundo.

O plano, elaborado pelo Grupo de Trabalho Oportunidades Digitais do G8, conhecido como a Força DOT, aponta metas de desenvolvimento sem oferecer soluções específicas.

Os defensores das políticas recomendadas viram-se a braços com os protestos dos opositores da globalização, que suspeitam das motivações do projecto.

Críticas iniciais consideraram este esforço como um passatempo «para o sector privado obter grandes subsídios governamentais para lançar projectos na área das tecnologias da informação», disse Vernon Ellis, presidente da direcção

internacional da Accenture.

Mas, segundo Ellis, os cépticos estão a começar a perceber que as tecnologias de comunicação ultrapotável podem dinamizar o crescimento económico dos países pobres, resolvendo outros problemas de desenvolvimento.

O plano da Iniciativa Oportunidade Digital incita os países a copiarem parcialmente programas bem sucedidos no Bangladesh, Brasil, Costa Rica, El Salvador, Estónia, Índia, e Malásia.

Esses programas recorrem às tecnologias da informação para criar empregos, atrair investimento, vender produtos de alta tecnologia e promover negócios artesanais no mercado global. Apesar do Japão ter consagrado 15 mil milhões de dólares (3,5 mil milhões de contos) a esse esforço, e a Agência Internacional norte-americana para o Desenvolvimento outros 100 milhões de dólares (23,4 milhões de contos), nenhum outro contribuinte concordou em subsidiar as recomendações do relatório.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA *Ministro anuncia*

GOVERNO VAI APROVAR LISTA DE ORGANISMOS PÚBLICOS A EXTINGUIR

O Governo vai aprovar na próxima semana, em Conselho de Ministros, a lista de estruturas temporárias da Administração Pública a extinguir, a reformular ou a fundir com outros organismos já existentes. Em conferência de Imprensa, o titular da pasta da Presidência e das Finanças, Guilherme d'Oliveira Martins, adiantou que serão extintos, reformulados ou objecto de fusão todas as estruturas temporárias da Administração Pública que o Governo considere já não terem objecto útil. Segundo Oliveira Martins, a medida terá um carácter transversal ao nível do Governo e «caberá a cada ministro operacionalizá-la» na sua esfera de competência, tendo em vista «racionalizar» os serviços da Administração Pública. Além da primeira lista de estruturas temporárias a extinguir, o Governo também aprovará as regras gerais sobre reorganização da Administração Pública,



gestão de recursos humanos, acompanhamento do sector público e o reforço da responsabilidade financeira dos dirigentes da Função Pública.

Ainda no âmbito do programa de redução da despesa pública, Guilherme d'Oliveira Martins afirmou que se encontram já concretizadas um conjunto de medidas constantes na lei de enquadramento orçamental, como os encargos plurianuais do Estado, a limitação temporal dos apoios estatais e a realização de auditorias externas. De acordo com o ministro, as medidas apenas precisam de normas de regulamentação.

Por sua vez, o ministro da Reforma do Estado, Alberto Martins, confirmou a regra de apenas ser admitido um funcionário por cada quatro que se desvinculem ou solicitem a aposentação da Administração Pública.

Alberto Martins adiantou que, a curto prazo, o Conselho de Ministros também discutirá o

futuro alcance dos contratos a termos certo dentro dos serviços tutelados pelo Estado.

Racionalização, eficiência e modernização

O ministro da Reforma do Estado referiu ainda que o Governo avançará com uma iniciativa legislativa no sentido de alterar a tipologia organizacional e o funcionamento dos serviços da Administração Pública.

Paralelamente, adiantou Alberto Martins, o Governo apresentará as regras de enquadramento para a extinção, reformulação e fusão de serviços e organismos públicos, diploma que incidirá igualmente na organização interna dos serviços de administração indirecta por parte do Estado.

Todas estas medidas foram justificadas pelo ministro com a necessidade de «racionalização, eficiência e modernização» da Administração Pública.

ECONOMIA E FINANÇAS *Guterres disponível*

DEBATER QUESTÕES FISCAIS COM EMPRESÁRIOS

O Governo socialista está disponível para dialogar com as confederações patronais sobre todas as questões relacionadas com as condições de competitividade das empresas, incluindo a política fiscal. A garantia foi dada, no dia 19, pelo primeiro-ministro, António Guterres, durante a cerimónia de posse do presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), Nogueira Simões, na qual também estiveram presentes os ministros da Economia, e do Trabalho e Solidariedade, respectivamente Braga da Cruz e Paulo Pedrosa.

No seu discurso, o chefe do Executivo afirmou que as actuais «dificuldades da economia portuguesa» só podem ser vencidas com uma melhoria dos índices de produtividade, por uma maior organização do Estado e dos bens que o sector estatal coloca ao serviço da sociedade, bem como através de uma aposta na qualificação dos portugueses. «Estamos disponíveis para discutir com a CIP todas as questões no âmbito das condições de competitividade das empresas, desde as políticas de desburocratização, até às áreas da fiscalidade, do Estado-Providência e dos processos de licenciamento das empresas», afirmou Guterres.

No entanto, grande parte da intervenção do primeiro-ministro foi dedicada a combater a ideia de que existe uma crise



de confiança na evolução da economia portuguesa.

«Todos – e não apenas o Governo – têm de ter interesse em gerar um clima de confiança, sobretudo num momento em que se verifica um pessimismo exagerado

que induz maiores dificuldades» para fazer face à actual situação económica do País, advertiu o primeiro-ministro.

Justificando por que considera um exagero o actual clima de pessimismo, Guterres referiu dados estatísticos em que as

famílias e as empresas, quando questionadas sobre o respectivo futuro, revelam algum optimismo.

No entanto, acrescentou o governante, essas mesmas famílias e as mesmas empresas dizem-se pessimistas em relação ao futuro do País.

«Isto não bate certo, porque a situação do País é o somatório das famílias e das empresas», explicou.

Entre as prioridades da acção do Governo, Guterres apontou a necessidade de combater a tendência para a desaceleração da economia portuguesa, a redução do défice externo e do ritmo de crescimento da despesa pública, aumentar o ritmo do investimento público e incentivar o investimento privado.

Segundo o primeiro-ministro, nos últimos seis meses deste ano o investimento público cresceu já 54,7 por cento em relação a igual período de 2000.

Referiu também que, na terça-feira, no «Europarque», em Santa Maria da Feira, seriam assinados contratos de investimento privado na ordem dos 377 milhões de contos e que o número de candidaturas ao Programa Operacional da Economia «ultrapassou todas as expectativas do Governo».

«Isto significa uma vontade grande de investir», concluiu o primeiro-ministro, ainda tentando demonstrar a ausência de qualquer clima de desconfiança na economia portuguesa.



Cascais

Câmara preparada para o euro

O município de Cascais ganhou o direito de utilizar o logotipo oficial de instituição preparada para o euro, outorgada pela Comissão Nacional do Euro.



O facto de Cascais ser ainda um dos poucos municípios nacionais a poder utilizar este distintivo valoriza a sua posição e reconhece o esforço que a autarquia de Cascais tem vindo a desenvolver, nos últimos três anos, no sentido da adaptação à nova moeda.

O trabalho de adaptação ao euro que está em curso na Câmara Municipal de Cascais permite afirmar que no dia 1 de Janeiro de 2001 a autarquia está preparada para trabalhar com o euro.

Faro

Autarquia tem em curso obras de beneficiação da rede viária

Estão neste momento a decorrer em vários pontos da cidade de Faro as obras de repavimentação de artérias e de recuperação de vias urbanas.



Trata-se da repavimentação de 57 estradas, ruas e caminhos, que estão a ser executadas por fases e cuja conclusão está prevista para o final do mês.

Um milhão de contos é o montante global do projecto de beneficiação da rede viária do concelho no respeitante à repavimentação das estradas municipais.

Fafe

Criado o Conselho Cinegético Municipal

Foi instalado no passado dia 16 de Julho o Conselho Cinegético Municipal, presidido pelo presidente da Câmara de Fafe.

É da competência do Conselho Cinegético Municipal apreciar todas as situações e actividades relativas à caça e emitir pareceres sobre o assunto.



O Conselho Cinegético Municipal deliberou propor a criação de uma zona de caça municipal que abrange a totalidade do espaço cinegético não ordenado, tendo ainda sido apreciados os textos para o edital da Zona de Caça Turística de Fafe e o texto referente ao campo de treinos da Zona de Caça Turística Municipal.

Guarda

Câmara organiza Festas da Cidade

A Câmara Municipal da Guarda organiza de 26 a 29 de Julho as «Festas da Cidade», com 16 espectáculos musicais, distribuídos por quatro palcos a instalar no centro da cidade, e animação de rua.

O programa prevê exibições de música brasileira, árabe, cubana, espanhola, cigana, tango, fado, entre outras e animação com monociclos, pinturas faciais, andas em chamas, palhaços, fanfarras, artistas circenses, malabaristas e faquires.

Durante o período de festas, o comércio, bares e restaurantes têm horário de funcionamento alargado.

Os palcos serão instalados na Alameda de Santo André, Jardim José de Lemos, Paço da Cultura (antigo Paço Episcopal) e Praça Velha, a principal da Guarda onde se vão apresentar Vitorino e Septeto Habanero, Luz Casal, Chico César e The Gift.

O programa inclui ainda espectáculos pelos grupos Verdes Anos, The Legitan's, Mohamed Akel, Canta Bahia, Francisco Ceia, Argentissimo, Galandum Galundaina, Fanfarra NemFáNemFum, Lindu Mona, Whisky Trail, Birra Brass e Cabaret LX.

No dia 28 de Julho realiza-se o Festival de Folclore da Guarda organizado pelo Centro Cultural local.

Lisboa

Apresentação da réplica em bronze do monumento «Verdade»

Realiza-se hoje, quinta-feira, pelas 12 horas, a apresentação pública da réplica em bronze do monumento «Verdade», em homenagem a Eça de Queirós, situado no Largo do Barão de Quintela, ao Chiado.

O monumento representa o escritor do século XIX, acompanhado de uma figura feminina de apreciável beleza, que simboliza a verdade, sobre um plinto onde se pode ler a inscrição «Sobre a nudez forte da verdade o manto diaphano da phantasia».



A Câmara Municipal de Lisboa entrega à cidade a réplica de uma das suas mais emblemáticas peças escultóricas, preservando todos os traços deste elegante trabalho de Teixeira Lopes e não deixando privar o Chiado da memória do escritor, que fez deste bairro um espaço de vivência e um cenário de muitas das suas obras.

Penha de França

Junta participa na Acção Praia-Campo

A Junta de Freguesia da Penha de França participa este ano, mais uma vez, na iniciativa «Acção Praia-Campo».

Trata-se de um programa destinado às crianças com idades compreendidas entre os seis e os 12 anos e que decorrerá na Costa de Caparica.

«Acção Praia-Campo» é um programa de ocupação dos tempos livres que resulta da parceria entre a Câmara Municipal de Lisboa e as Juntas de Freguesia da capital.

Santo Tirso

Sessão de esclarecimento sobre o euro

Organizada pela Câmara Municipal de Santo Tirso, realizou-se no dia 20 de Julho, no salão nobre dos Paços do Concelho, uma sessão de esclarecimento sobre o

euro, destinada aos idosos do concelho em geral e da freguesia de Santo Tirso em especial.

A iniciativa contou com a presença de muita gente interessada, sobretudo idosos, e fez encher o salão nobre.



Esta iniciativa – que vai ser repetida nas várias freguesias do concelho – tem dois grandes objectivos: esclarecer, ou seja, tirar as dúvidas que ainda possam existir sobre o euro, e prevenir, ou seja, evitar que as pessoas, sobretudo as mais idosas, sejam ludibriadas por indivíduos sem escrúpulos que, a pretexto de uma qualquer vantagem na troca de escudos por euros, insistem em burlar os mais incautos.

Vila Real de S. António

I Torneio Internacional de Futebol do Guadiana

Realiza-se no final da semana, dias 27, 28 e 29 de Julho, o I Torneio Internacional de Futebol do Guadiana, iniciativa conjunta da Associação de Futebol do Algarve, Câmara Municipal de Vila Real de S. António e da empresa Graper.



O torneio disputa-se de sexta-feira a domingo com jogos às 18.30 horas, no Estádio do Complexo Desportivo de Vila Real de S. António.

Participam nesta primeira edição o Farense e Vitória de Guimarães, da Liga portuguesa, e ainda o Sevilha, recém-promovido à Liga profissional de Espanha. Este é o primeiro torneio internacional de futebol que se realiza no Algarve, iniciativa que pretende afirmar-se como prova de referência na pré-época de futebol profissional da Península Ibérica.

GUTERRES APELA A DIRIGENTES SOCIALISTAS PARA QUE SE CANDIDATEM

O camarada António Guterres apelou no dia 23 a todos os dirigentes do PS para que se candidatem nas próximas eleições autárquicas em listas do partido para a vereação ou para as assembleias municipais.

A posição do líder socialista foi transmitida em conferência de Imprensa pelo secretário nacional do PS para as Relações Internacionais, camarada José Lamego, a meio de uma reunião do Secretariado Nacional do partido do Governo.

Segundo o camarada José Lamego, com esta posição, António Guterres quis deixar bem clara «a importância das próximas eleições autárquicas».

tendo sublinhando que o secretário-geral do partido considera que o trabalho ao nível do Poder Local «faz parte da cultura



política do PS». Apesar de ter adiantado que esse assunto não foi objecto de análise na reunião do Secretariado Nacional do PS, José Lamego sublinhou que a eventual candidatura de Jorge Coelho à presidência da Assembleia Municipal de Setúbal corresponde à lógica do apelo lançado por António Guterres. De acordo com o secretário nacional do PS para as Relações Internacionais, na reunião foram analisadas detalhadamente as diversas candidaturas socialistas nas próximas eleições autárquicas. «Neste momento, 95 por cento dos processos de candidatura já estão concluídos. No dia 2 de Setembro, quando o PS realizar a sua "rentrée" política em Valença, os processos já estarão encerrados a 100 por cento», assegurou. Interrogado sobre as acusações do

secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, em Évora, e da ex-dirigente do PSD Leonor Beleza, em Baião, ambas no sentido de que o PS estará a utilizar meios do Estado para promover as suas candidaturas autárquicas, José Lamego recusou-lhes qualquer validade.

«Essas acusações são sinal de intranquilidade do PSD em Baião e do PCP em Évora, porque surgiram precisamente em municípios onde as suas candidaturas se apresentam vulneráveis e fragilizadas», sustentou o secretário nacional do PS para as Relações Internacionais.

Já sobre o facto de alguns dos candidatos autárquicos do PS serem simultaneamente governadores civis, Lamego afirmou confiar que «no momento próprio essas pessoas (governadores civis) e o Governo tomarão uma posição de clarificação».

SOCIALISTAS REACTIVAM ÓRGÃO PARA APOIAR NOVO MINISTRO

Um grupo de militantes socialistas decidiu reactivar o Departamento Nacional de Saúde do PS, para apoiar o ministério agora liderado por Correia de Campos com propostas e críticas tendentes a melhorar o sector.

A decisão foi tomada no dia 21 de Julho numa reunião nacional das Secções da Acção Sectorial da Saúde do PS, realizada em Coimbra, que contou com uma breve passagem do actual ministro, Correia de Campos, mas na qualidade de militante socialista.

«É chegada a hora de começarmos a ser generosos com os nossos camaradas», disse um dos elementos da secção de Aveiro, referindo-se a Correia de Campos. Sem pretender ser uma «câmara de eco do Ministério da Saúde», o departamento nacional de saúde do PS visa tornar-se num órgão «não de controlo, mas de apoio» à governação socialista.

Um dos militantes presentes na reunião sublinhou que «ser amigo não é ser "yes man", mas apresentar sugestões quando são necessárias, para ser introduzidas na governação».

A análise e discussão sobre política de saúde e a «tomada de posição política em consonância com os órgãos do PS em reposta à oposição sobre política de saúde» são dois dos objectivos referidos

na proposta de criação do novo órgão, cuja primeira reunião deverá realizar-se em Braga, em data a definir.

O Departamento Nacional de Saúde do PS integrará figuras como o actual ministro da Saúde, Correia de Campos, a antiga titular da mesma pasta Maria de Belém, António Arnault, o obreiro do Sistema Nacional de Saúde (SNS), elementos das administrações regionais de saúde e das secções da saúde do PS.

Segundo o coordenador da Secção da Acção Sectorial da Saúde da Federação Distrital de Coimbra do PS, Armando Gonsalves, o ministro da Saúde (cuja deslocação não foi anunciada) disse na reunião que pretende auscultar os presidentes dos conselhos gerais dos hospitais, nos quais os utentes estão representados por elementos das assembleias municipais.

«Esta iniciativa de ouvir os conselhos gerais dos hospitais é inédita, porque os utentes sempre foram desprezados» na definição das políticas, disse Armando Gonsalves.

No encontro foi discutido um conjunto de propostas para melhorar o actual SNS, designadamente permitir que os médicos gastem menos tempo com questões burocráticas nos centros de saúde, e criar condições para que seja garantida aos utentes consulta no dia.

O coordenador da Comissão Permanente do PS, Jorge Coelho, afirmou no dia 15 em Vila Pouca de Aguiar, que dentro do partido não há adversários, mas apenas pessoas que estão a lutar para a vitória socialista nas eleições autárquicas.

No seu discurso perante milhares de militantes e simpatizantes socialistas que ocorreram em grande número à Festa de Verão do distrito de Vila Real, que decorreu na barragem da Falperra, concelho de Vila Pouca de Aguiar, Jorge Coelho referiu que «os adversários do PS são os outros partidos políticos com que temos de travar um combate político leal».

Referindo-se aos partidos da oposição, Jorge Coelho afirmou que o Governo e as câmaras do PS «estão a ser alvo de uma autêntica batalha de cavalaria pesada», a acrescentou que na «campanha se está a tentar denegrir tudo o que os socialistas fazem» Jorge Coelho garantiu que os socialistas «estão com força e em forma para ganhar as eleições».

Jorge Coelho referiu ainda, que o seu partido fez um desafio aos partidos da oposição para que estes «ajudem a preservar a estabilidade em Portugal e para que o próximo Orçamento seja aprovado pelo maior número de deputados possível, de forma a que possam ser criadas condições, para que até ao fim do mandato deste Governo em 2003, o PS continue a desenvolver Portugal como temos estado a fazer».

Convencido de que, se o seu partido conseguir corrigir «algumas coisas que têm estado menos bem», Jorge Coelho afirmou que «o PS tem todas as condições para sair vitorioso das próximas eleições autárquicas, em Lisboa, Porto e em Vila Pouca de Aguiar, entre muitas outras câmaras».

No discurso, o coordenador da Comissão Permanente do PS falou essencialmente das obras realizadas pelo Governo socialista na área social, nomeadamente o aumento das reformas dos idosos em 70 por cento, desde que os socialistas ganharam o poder, o aumento dos apoios às pessoas do regime rural, a situação de pleno emprego que se vive hoje em Portugal depois da criação de mais de 700 mil postos de trabalho.

Em relação ao Rendimento Mínimo Garantido, muito criticado pela direita portuguesa, Jorge Coelho referiu sentir «orgulho no facto do PS ter criado condições para que as pessoas que nada tinham pudessem ter uma vida com o mínimo de dignidade e sobreviver sem tantas dificuldades».

Focou ainda a área da educação, onde segundo referiu, no ano 2000, em cada cinco dias foi criada uma escola com todas as condições para os jovens portugueses poderem competir com jovens de potências economicamente mais desenvolvidas.

Aos candidatos socialistas para as próximas eleições autárquicas, Jorge Coelho garantiu o apoio da direcção nacional do partido, «na luta pelo progresso, pelo desenvolvimento e pela modernização do distrito de Vila Real».

Apelou ainda aos candidatos para que nunca deixem de exigir e reivindicar ao poder central aquilo que a que têm direito para poderem modernizar os seus concelhos.

Durante a festa, o PS apresentou os 14 candidatos socialistas a presidentes de câmara do distrito de Vila Real.

ECONOMIA

Rui Iglésias Costal

UMA QUESTÃO DE SALÁRIOS...



Quando ouvi há tempos o governador do Banco de Portugal falar sobre os salários dos portugueses, sinceramente não estava a acreditar no que ouvia de um camarada, por quem tenho apreço e consideração. A questão salarial e dos rendimentos em Portugal está muito mal contada. Hoje analisa-se a questão salarial de uma forma pouco empática e muito por cima do ombro. Aliás, sempre foi assim desde os tempos remotos, porquanto quem está no poder, tenta amañhar-se o mais possível. Quanto tinham de bens antes e depois? Muitos têm enriquecido à conta do orçamento... Quem paga são os mesmos. Os portugueses são os europeus mais mal pagos da UE. São os que vivem menos, pois morrem mais depressa. Aqui não conto com os miseráveis

números das estradas. São os que têm praticamente as piores condições de vida de toda a UE. Curiosamente os gregos parecidos connosco economicamente são comparativamente mais beneficiados na qualidade de vida. Os seus salários são muito superiores aos portugueses. Aqui ao lado em Espanha o salário mínimo é de 86 mil escudos na Grécia cerca de 92 mil escudos em Portugal cerca de 67 mil escudos, em Espanha, a pensão social mínima cerca de 43 mil escudos, em Portugal cerca de 20 mil escudos, a pensão mínima de velhice em Espanha cerca de 75 mil escudos, em Portugal 36 mil escudos, a pensão máxima de velhice em Espanha 380 mil escudos, em Portugal é infinita. Bom por aqui pode pensar-se o que se quiser. Agora, dizer para haver contenção salarial? Um dado interessante da

mediocridade portuguesa foi ouvir que os pedintes portugueses vão pedir esmola para Espanha porque os espanhóis são mais generosos a dar esmolas e mais solidários com os pedintes de Portugal. Afinal os ventos parece que estão melhores. Será que o ditado popular de Espanha nem bons ventos... está ultrapassado? Ao governador do Banco de Portugal diria que o problema do nosso país não são os salários. São de certeza os péssimos governantes que Portugal tem tido ao longo dos tempos, péssimos empresários, gestores mediocres, e muita falta de sentido de Estado e de desígnio nacional. A produtividade, a competitividade murcham com esta gente. Os trabalhadores são os mais prejudicados. Onde está a nossa tecnologia? Diga-me por favor um só equipamento da sua casa, escritório, em suma, à sua volta feito em Portugal? Diga-me um só. Ai está o nosso problema. Não fazemos puto. A inovação que se está a apregoar da Internet é só treta. Digo-lhe porque sei... Um macaco treinado com fundos da UE consegue mexer melhor na WEB que muitos gestores que para aí andam

e que ganham milhares de contos por mês. Aqui está outro problema: o da indigência mental e funcional de muita gente, bem paga. O problema de Portugal são dois: o primeiro, criação de riqueza, o segundo, a distribuição da mesma. Será que salários de milhares de contos por mês para uns, que nada justificam para isso, é que é competitividade? Curiosamente, o que vem a lume sobre os salários dos gestores não abona nada a favor da melhoria das condições de vida dos portugueses em geral. Uma coisa que se deve fazer com frequência é o exercício de empatia. Depois perceber porque é que países como os do norte da Europa (escandinavos) vivem com qualidade de vida e nós estamos sempre em primeiro lugar na mediocridade. Depois perceber como aparecem gestores à frente de empresas que são indigentes intelectualmente e servis às mordomias. E, assim, com este regabofe, vamos a caminho do descalabro, cantando e rindo. Tenho a certeza que um negócio de futuro em Portugal é a construção de prisões e condomínios fechados com ou sem competitividade...

TRABALHO

Rui Caetano

DIRIGENTE SINDICAL: PROFISSÃO OU VOCAÇÃO?

Hoje, os sindicatos não podem actuar como o faziam no passado. Limitar-se a abrir trincheiras entre trabalhadores e patrões é demasiado rudimentar. Esta postura de vida esgotou-se.

Conhecemos os direitos universais que deverão ser salvaguardados, pois viver em sociedade exige a defesa e o respeito pelos valores que honram a dignidade humana. E os sindicatos deverão pugnar por estes princípios. Com o progresso científico e tecnológico assiste-se à alteração do mundo do trabalho e ao aumento da competitividade. Estas modificações abatem a natureza do emprego, incitando os trabalhadores a uma aprendizagem contínua, adquirindo uma educação ao longo de toda a vida, de modo a que os seus conhecimentos e aptidões, ao se tornarem obsoletos, não os tornem incapazes para o desenvolvimento da sua actividade. Alguns sectores sindicais limitam-se a contestar e não se adaptam a esta realidade. Tal como existem e funcionam não podem continuar. Primeiro, necessitam de substituir as caras que há vinte anos afirmam defender os trabalhadores. Neste momento, observa-se o marasmo, a falta de ideias, a inércia. Urge o lançamento de um novo projecto sindical. Se não investirmos numa atitude dentro da era da globalização, participando activamente na sociedade da informação, onde as novas tecnologias assumem papel fundamental, cairão a breve trecho. Devem compreender o desenvolvimento das sociedades com visão positiva, afastando-se, ainda, de formas de luta que já nada mobilizam devido à sua caducidade. Enquanto assistirmos a imagens que nos remetem ainda para referências de um leste que já caiu, onde prevalecem atitudes dogmáticas, as estruturas sindicais perderão cada vez mais influência. A sociedade é outra. A própria dialéctica explorador/explorado terá

de ser equacionada numa necessidade em que o conhecimento passou a ser a nova fronteira entre os que têm acesso à nova sociedade da informação, e os outros, os excluídos.

Torna-se banal afirmar-se que as pessoas se afastam dos sindicatos, porém os seus dirigentes ainda não foram capazes de inverter esta conjuntura. Comodismo? Acusa-se os actuais governantes pelo facto de tornarem os seus cargos vitalícios, todavia dirigentes sindicais há que também monopolizam o sindicalismo, não renovando estrategicamente os seus quadros. Receio das substituições e da perda de privilégios? A limitação dos mandatos sindicais é um factor a ponderar. A máquina está viciada! É comum dizer-se que ninguém quer assumir cargos de dirigismo sindical e que poucos assumem o cargo, mas com grande sacrifício. Na verdade, alguns dirigentes encontram-se, há décadas, em estado de sacrifício. Pela opção messiânica serão canonizados.

Os sindicatos têm de enveredar por caminhos de formação: renovar estruturas e assumir uma visão de futuro. Não podemos dar razão àqueles que atestam que alguns sectores sindicais permanecem agarrados ao passado, interessando aos senhores que há vinte anos estão à frente dos sindicatos.

A reivindicação pela reivindicação, que não atende às condições objectivas em que se move, acaba, afinal, por se revelar, em alguns casos, em mera alavanca de promoção pessoal e política dos seus autores, como se pode constatar em alguns exemplos da nossa praça. Os verdadeiros interesses dos trabalhadores acabam assim por ser relegados para segundo plano.

A revolução tem de chegar também aos sindicatos. Precisam e depressa de um 25 de Abril.

*Membro da Comissão Nacional

SOLIDARIEDADE

Maria Lopes

VOLUNTARIADO UMA QUESTÃO SOCIAL

O voluntariado social tem como objectivo principal lutar contra todas as formas de opressão, discriminação, marginalização causadas pela raça, sexo, cultura, situação económica, idade e ideias políticas. É nesse sentido que é preciso informar, formar e comprometer-se com este novo papel que pode ser de todos nós.

A implementação de um voluntariado social tem como finalidade o desenvolvimento das sociedades de forma a potenciar um maior equilíbrio entre as nações. Faz parte da educação de qualquer cidadão em países como Inglaterra, Dinamarca, Noruega, Suécia e Canadá, países que têm plena consciência de que só através da construção de uma rede social é possível reforçar laços comunitários e dessa forma resolver os grandes problemas sociais, culturais e ambientais que o Estado, sozinho, não consegue resolver.

Para a implementação deste sistema é necessário que se crie uma nova consciência de cidadania e que se difunda a ideia de que todo o cidadão deve ter o sentido de utilidade pública. O poder público e o poder privado têm novas responsabilidades a cumprir em conjunto com todos os cidadãos de uma mesma comunidade. Voluntariado passa a ser uma forma legítima e livremente assumida de participação na vida activa que é dever de todos os cidadãos.

Viver com dignidade é agora ter consciência do mundo, não acumular poder, riquezas, honras, e como diz Graça Machel «mais

importante do que tudo o que eu possa ter, é tudo aquilo que eu possa ser». A consciência das grandes causas ambientais, culturais e políticas movimenta os povos que se unem numa imensa acumulação de energias para resolver problemas que, não lhes dizendo directamente respeito, os movem pela sua consciência de cidadãos. São disso exemplo a causa timorense, as cheias em Moçambique, a catástrofe de Entre-os-Rios. A consciência e por vezes a aquisição do espírito solidário surge por uma via emocional, inerente ao ser humano, consciência essa que urge despertar e desenvolver.

Por essa razão é importante que se consciencializem os povos e os poderes para a nova importância de uma educação não-formal que é da responsabilidade de todos e de ninguém mas que é necessária para a construção da nova cidadania e para a construção de um novo mundo em que todos os cidadãos, mesmo num pequeno gesto, podem mudar o rumo das sociedades. Uma nova educação activa, organizada, sistemática que facilite a aprendizagem do ser humano na sociedade ou de determinados grupos sociais na sua relação com a sociedade e os povos. É este novo poder o único que poderá corrigir comportamentos indesejáveis que o estado não tem capacidade para corrigir e que nem sempre são da sua inteira responsabilidade. O cidadão tem direitos mas também deveres a cumprir, esse é o verdadeiro valor da democracia.

A DEMOCRACIA EM TIMOR

Timor está a entrar definitivamente na democracia. Esta semana começou a campanha eleitoral, onde concorrem 16 partidos e 17 candidatos independentes, estando as eleições marcadas para 30 de Agosto.

Esta data tem uma carga simbólica importante, porque foi em 30 de Agosto de 1999 que 78,5 por cento dos timorenses deram o sim à independência.

São dois anos que fazem História.

São dois anos de pequenas e grandes estórias. São dois anos de tragédia e felicidade.

É a história de um povo que lutou por uma causa, que muitos deram por perdida.

A tenacidade e a forte vontade de lutar por uma identidade uniram os timorenses num dos mais belos e trágicos acontecimentos do final do século XX.

O mérito é, acima de tudo, dos timorenses.

A aprendizagem dos erros cometidos no passado está a afastar os cenários mais pessimistas. As milícias não são a ameaça que se receava. Os partidos, alguns deles desavindos em 1975, entendem hoje as regras da democracia. Figuras como Xanana Gusmão, Ximenes Belo e Sérgio Vieira de Mello consolidam os pequenos passos que estão a ser dados.

A nível económico, além da reconstrução, os timorenses estão, finalmente, a usufruir



da exploração dos seus recursos naturais. Ainda este mês, foi assinado um acordo entre Timor-Leste e a Austrália sobre a exploração de petróleo e reservas de gás natural em Timor.

Todo este processo tem sido mais lento do que o desejado; no entanto, fez-se muito em dois anos.

O mérito deve ser também repartido com as Nações Unidas.

O empenhamento de Sérgio Vieira de Mello tem sido fundamental. A pressão que exerceu junto da ONU e das autoridades indonésias foi determinante para os primeiros passos da independência. Soube

responder com um sorriso à simpatia do povo timorense e com firmeza quando lhe era exigida determinação. É verdade que a UNTAET tem sido criticada devido à burocracia e à lentidão, mas isso não impede de se reconhecer e elogiar a actividade desempenhada pelo administrador transitório da ONU.

Por último, Portugal também merece uma referência que os próprios timorenses não esquecem.

Devido ao cargo que na altura exercia, sei bem o esforço que foi feito pelas autoridades portuguesas, há dois anos, depois do referendo. Foram dias difíceis em que a diplomacia portuguesa desempenhou uma das ofensivas mais duras e eficazes da sua história.

Não esqueço também o papel desempenhado pelo Presidente da República e, muito em especial, por António Guterres. Foram dias e noites consecutivas em contacto permanente com personalidades e instituições internacionais. O seu papel, o seu prestígio internacional, a sua determinação ficarão na História de Portugal como uma acção que contribuiu de forma vital para o êxito do objectivo traçado pelo povo timorense.

Inesquecível foi também a reacção dos muitos milhares de cidadãos anónimos que, juntos, deram força a uma voz solidária e defensora dos mais elementares Direitos do

Homem. Foi, em minha opinião, a seguir ao 25 de Abril, o momento de maior emoção, unidade, e no fim de alegria que se viveu no nosso país. Portugal e os portugueses deram um exemplo ao mundo do que é um país e um povo solidário e fraterno.

Depois da independência, Portugal continuou a assumir o compromisso de apoiar o povo timorense e contribuir para o sucesso do processo de transição. Timor passou a ser a prioridade das prioridades na política de cooperação portuguesa.

De uma forma directa e indirecta, milhares de portugueses têm ajudado os timorenses. Também eles, com a sua contribuição, estão a fazer parte da História de Timor-Leste. É, aliás, mais do que justo, o elogio aos muitos portugueses que, apesar das ameaças, se deslocaram, e continuam, em Timor Leste a dar o seu melhor.

A primeira nação do século XXI tem na sua História algumas das marcas mais negras do século XX – a II Guerra Mundial, a guerra-fria e a violação dos Direitos do Homem -, mas tem também a esperança de uma nova organização internacional e da salvaguarda do direito de um povo defender a sua identidade.

Os portugueses devem-se sentir orgulhosos de terem contribuído para esta esperança. Os timorenses devem sentir-se orgulhosos por a terem conquistado.

A BANALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES

Como dizia uma amiga minha, leitora compulsiva dos jornais «de referência» e ouvinte regular de noticiários e telejornais, vá-se lá entender esta gente, que vive obcecada com «negócios» e «eleições». Importa esclarecer que, para ela, «esta gente» é sinónimo de políticos e jornalistas, tudo metido no mesmo saco.

Apanhada desprevenida e com a cabeça ocupada com outro tipo de preocupações, reagi, negando os negócios e confirmando as eleições. Julgando-me no mesmo comprimento de onda, sempre vou acrescentando que as campanhas começam cada vez mais cedo, sendo por isso inevitável um certo ruído de fundo e alguns aproveitamentos próprios das disputas eleitorais.

Com um olhar entre o maternal e o irónico e declarando que eu devo andar «simplesmente distraída», a minha amiga rematou a conversa esclarecendo que era de eleições antecipadas que se falava e do negócio da aprovação do Orçamento do Estado (O.E.) para 2002. Até parece que o assunto do momento é a magna questão das eleições antecipadas, saber quem é a

favor e quem é contra, sobretudo no PS, como se esse fosse o grande problema do país e a preocupação maior dos portugueses, admira-se ela.

Invoco a falta de assunto e a necessidade de acudir a letargia que, nesta altura do ano, invade os corpos, ansiosos de sol e praia e o mais que se possa alcançar.

Como insiste em conhecer a minha opinião sobre tão pertinente matéria, começo por desvalorizar o que considero pura construção de mentes ociosas e o melhor exemplo de realidade virtual a sobrepor-se à realidade dos factos. Em vão. A sua perícia na arte do interrogatório é tal que já temos colocado a hipótese de ela ser descendente do inquisidor-mor de O Judeu.

Sem escapatória possível, cá vai, então, a minha opinião que, em síntese, é contra a realização de eleições antecipadas por três simples razões:

1. Não há causa objectiva que justifique a interrupção da legislatura, por muito que teimem em criar fantasmas, uma vez que não se verifica nenhum bloqueio ou disfunção institucional.

2. Como já em tempos escrevi, se

houvesse hoje eleições, o resultado mais provável seria ficar tudo na mesma, isto é, ganhar o PS sem maioria absoluta. Se, por acaso, o PSD e o PP, em coligação, ganhassem as eleições, seria sol de pouca dura. Quem acredita na estabilidade de um governo com o dr. Barroso como primeiro-ministro e o dr. Portas como vice?

3. As eleições custam muito dinheiro ao país e representam, inevitavelmente, um compasso de espera. Ora, nós precisamos é do oposto disto: contenção da despesa pública e mais investimento.

Acrece que, escassos dias depois de uma remodelação do Governo e de ter sido aprovado o orçamento rectificativo, não faz sequer sentido andar a falar de eleições antecipadas.

As instituições não funcionam regularmente? A Assembleia da República não tem aprovado as principais propostas de lei do Governo e os O.E.? Que razão pode, pois, ser invocada para que o Presidente da República use a «bomba atómica» da política, isto é, a dissolução do Parlamento?

Não é por acaso que há eleições de quatro

em quatro anos. Representa o tempo considerado necessário para os eleitos mostrarem o que valem e poderem ser avaliados por quem os elegeu. Os mandatos são por cumprir.

Tal como só no final de um jogo de futebol, depois da leitura de um livro e da execução de um projecto arquitectónico se pode ajuizar do desempenho dos jogadores, da qualidade do autor e da bondade da solução, também o Governo e os autarcas devem ser avaliados no fim do tempo regulamentar.

Os portugueses não querem eleições antecipadas, dizem as sondagens. Querem estabilidade. Eles sabem que a estabilidade, não sendo um fim em si mesmo, é um meio, um instrumento essencial ao desenvolvimento do país. Estabilidade rima com governabilidade. Sem estabilidade não há confiança dos investidores, nem planeamento que resista nem estratégia que se veja.

Posto isto, que tal se cada um de nós pensasse mais no futuro do país e dos nossos filhos e menos nos interesses pessoais e partidários? Será pedir muito?

In «Expresso», 21-07-2001



À VONTADE DO FREQUÊS

Segundo reporta a comunicação social, citando um dirigente do PS, a questão da limitação do número de mandatos dos titulares de cargos políticos, nomeadamente dos presidentes da câmara municipal, não pode ser equacionada no presente processo de revisão constitucional, porque «os autarcas ainda não estão convencidos da bondade da solução». Ou seja, a reforma não vai para a frente, não por qualquer objecção de fundo, mas simplesmente porque os que seriam afectados por ela se lhe opõem!...

Seria difícil traduzir de modo mais transparente uma das maiores perversões da vida política entre nós, e que o chamado «guterismo» tem elevado a verdadeiro princípio de governação. Ela consiste na prevalência sistemática da vontade das corporações ou dos grupos de interesse contra quaisquer medidas de reforma que lesem os seus interesses. Já se prescinde mesmo de argumentar quanto à substância das medidas políticas ou legislativas em causa. Elas ficam desde a início bloqueadas pelo veto, real ou temido, daqueles que poderiam ser prejudicados pela sua efectivação.

A reforma fiscal foi sendo sucessivamente adiada por oposição dos beneficiários do «statu quo». E depois de «tirada a ferros», num dos poucos rasgos deste segundo governo de António Guterres, em grande parte por determinação do anterior ministro das Finanças, ela está hoje em vias de ser substancialmente emaculada pelo triunfo dos mesmos interesses.

Os preços dos combustíveis não foram actualizados, com gravíssimos encargos para

o erário público, e logo para os pagadores de impostos, por medo do poderoso grémio dos camionistas. A desconcentração territorial da administração do Estado não arranca por oposição dos «lobbies» dirigentes e sindicais da administração central. As farmácias não são liberalizadas por oposição da Associação Nacional dos Farmácias e da Ordem dos Farmacêuticos. Os medicamentos genéricos e a prescrição de medicamentos pelo princípio farmacêutico e não pela marca não vão para a frente, por oposição dos laboratórios e dos médicos, que destes dependem sobretudo para efeitos de «turismo médico». As propinas do ensino superior não são aumentadas, por medo das associações de estudantes. O estatuto da Universidade Católica não é posto de acordo com a Constituição e a Concordata porque ela se opõe à perda da sua situação privilegiada. A lei da liberdade religiosa deixou de fora inconstitucionalmente a Igreja Católica, porque esta fez saber que não quer ser misturada com as outras e deseja manter o seu vantajoso estatuto singular. O projecto de estatuto da criação de cursos no ensino superior foi «chumbado» pela coligação de estabelecimentos públicos e privados. O projecto de regulação pública das fundações será provavelmente deixado na gaveta por não ter a concordância das mesmas, ou pior do que isso será modificado de acordo com os seus interesses. A liberdade de acesso às profissões e a concorrência na prestação de serviços profissionais paralisam à porta dos cartéis profissionais instalados. A dispendiosa aventura do Euro 2004 é uma bênção para os clubes de futebol e dos empreiteiros. A lista poderia ser estendida até à náusea. A moralidade é sempre a mesma. As leis e as

decisões políticas estão sujeitas a uma cláusula implícita de beneplácito dos interesses envolvidos. Estes conseguem quase sempre vetar as medidas que lhes desagradam e fazer vingar as que lhe interessam.

Temos em Portugal cada vez mais um «Estado mole», sempre pronto a adaptar-se aos interesses organizados. Desde há muito se sabe que os interesses de poucos, desde que combinados, podem prevalecer sobre os interesses de muitos, desde que inorgânicos. Daí que os interesses particulares, comparativamente organizados em grupos mais ou menos coesos (associações industriais, sindicatos, outras associações profissionais, grupos de interesse de mais variada ordem), possuem sempre uma posição de vantagem à partida sobre o interesse público, que é o interesse do conjunto dos cidadãos, e em especial dos contribuintes, que não estão organizados como tais. Não existe assim um eficaz «countervailing power» contra os interesses sectoriais organizados, quando estes não sejam contrapostos por outros interesses sectoriais igualmente organizados. O único antídoto contra a prevalência dos interesses sectoriais está justamente na capacidade para afirmar a autoridade do Estado enquanto expressão do interesse público. O Governo deveria ser o representante dos interesses não organizados de todos. Mas quando a política governamental é desde o início de «geometria variável», pronta a afeiçoar-se ao jogo dos grupos de interesse de cada momento, quando o que interessa acima de tudo é não suscitar a contestação de nenhum sector

influente -, então é evidente que as probabilidades de os interesses sectoriais levarem a melhor sobre o interesse geral sobem em flecha.

Os interesses organizados são tanto mais fortes quanto mais fraco for o Governo. E os dois últimos governos têm governos especialmente débeis na autoridade política. Débeis, em primeiro lugar, por falta de maioria parlamentar, sempre temerosos de suscitar contestação que possa dar às oposições uma ocasião para os derrubarem. Débeis, em segundo lugar, por deliberada opção de uma política concertada com todos os interesses. Tornou-se dogma de boa governação entre nós que as reformas só se fazem com os interessados e não sem eles, muito menos contra eles. Para piorar as coisas, não é raro ver serviços públicos e institutos públicos ostensivamente «capturados» pelos interesses que deveriam regular.

Como disse um dia o actual Presidente da República «os interesses em Portugal são fortes e o Estado é fraco». Mesmo quando eles perdem momentaneamente, não tardam a recuperar, tanto mais quanto o Governo do momento for propício, como sucede hoje em dia. Quando basta a oposição do clube dos «dinossáurios municipais» para obstar uma medida que a lógica republicana exige, a generalidade dos observadores políticos reclama e a opinião pública apoia, é caso para dizer que devemos perder todas as esperanças. Em Portugal demasiadas vezes a lei e a governação deixam de ser expressão do interesse geral, para satisfazerem os interesses parcelares mais bem colocados.

In «Público», 24-07-2001

CAMPANHAS, CONTAS E MENTIRAS

Na 2ª Série do «Diário da República», nº 149 de 29/6/01, a fls. 10.798, veio publicado o Relatório nº 30/2001 da Comissão Nacional de Eleições, que nos dá conhecimento das contas apresentadas pelos partidos políticos concorrentes às eleições intercalares para a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, realizadas a 26 de Novembro de 2000.

Lendo o texto aí publicado ficamos a saber que a CDU foi a única força política concorrente ao referido acto eleitoral que cumpriu integralmente a Lei Eleitoral, já que apresentou as contas dentro do prazo legal, demonstrou de onde provinham os dinheiros recebidos e gastos na campanha eleitoral, os quais foram movimentados através de uma conta bancária, tendo um mandatário financeiro.

Os restantes partidos não cumpriram, de forma integral, a lei!

Mas o mais interessante daquele documento está no dinheiro que o PPD/PSD declarou ter gasto na campanha eleitoral em questão:

133.977\$00. Repete-se: *O PPD/PSD declarou que apenas gastou na campanha eleitoral 133.977\$00!*

Só quem não se quiser lembrar daquela campanha eleitoral ou estiver de manifesta má fé, é que não se lembra que o PPD/PSD ofereceu um jantar para cerca de 1.200 pessoas; colocou três enormes cartazes «outdoors», talvez com mais de 30m² cada um, na vila de S. Pedro do Sul; tinha uma grande tela com impressão de alta qualidade - «mupi» -, talvez com mais de 15m², na sua sede de candidatura; ofereceu um espectáculo com uma artista de música ligeira (Romana); inundou o concelho com largos milhares de pendões plásticos (violando também aqui a lei eleitoral); ofereceu às «toneladas» lapiseiras, isqueiros, capas de plástico, caixas de costura; enviou, via CTT, e para todo o concelho um «mailing» em papel e impressão de alta qualidade, o qual foi também entregue, em maciças quantidades, por todo o concelho nos contactos pessoais; teve vários carros e respectivas aparelhagens sonoras durante

todo o período da campanha a percorrerem todo o concelho, etc., etc., etc.

No decurso da campanha eleitoral, e porque tão descaradamente o PPD/PSD apresentasse tão evidentes sinais exteriores de riqueza, cujo cálculo ascendia a largos milhares de contos, a questão dos gastos foi tema de debate, tendo-se interpelado o «autoproclamado líder» sobre tal assunto, perguntando-se-lhe se era ou não verdade que tinham cerca de 10.000.000\$00 para despendere, pergunta esta que ficou sem resposta.

Quem é que acredita que, com tudo isto, o PPD/PSD apenas tivesse gasto 133.977\$00?!...

A lei obriga a que se declare o que se gastou nas campanhas eleitorais não só para que se possa averiguar da regularidade das mesmas, como também da legalidade das despesas e da dos montantes e proveniências das receitas, aplicando coimas aos que previnirem.

Em nome do respeito pelas leis, paradigma de um Estado de Direito, um cidadão,

empresa ou uma qualquer outra pessoa colectiva ou singular pública ou privada, que não declare os seus reais rendimentos tem as Finanças em cima, tendo em cima de si o Tribunal se, conscientemente, fizer constar falsamente de documentos factos juridicamente relevantes com o objectivo de causar ao Estado um prejuízo ou de obter para si um benefício ilegítimo.

Em nome do Estado de Direito, que o PPD/PSD afirma defender, qualquer tipo de pessoa singular ou colectiva, pública ou privada, é igual perante a Lei.

Pergunto: o que é que vai acontecer ao PPD/PSD por ter feito constar de documento que apresentou perante um órgão com soberania facto supostamente com relevância jurídica, referente aos rendimentos e despesas que teve com a campanha eleitoral, presumivelmente com a consciência de que o conteúdo do mesmo, por não corresponder à verdade, era falso e, também presumivelmente, com a intenção de causar um prejuízo ao Estado e um benefício ilegítimo para si?



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Etnografia em Abrantes

O Ecomuseu do Castelo de Bode, localizado na Freguesia de Martinchel, acolhe, no dia 29, uma interessante mostra etnográfica. A exposição pode ser visitada até meados de Setembro, culminando, na altura, com a realização de uma Desfolhada.

Gala em Albufeira

O guitarrista norte-americano George Benson apresenta-se, na próxima terça-feira, dia 31, a partir das 21 e 30, no Hotel Sheraton, no âmbito da V Gala de Verão.

Teatro em Amarante

Até ao dia 29, decorre, nos Claustros do Museu Amadeo de Souza-Cardoso, a segunda edição do T'amaranto – Mostra de Teatro de Amarante.

Com apresentações sempre às 21 e 30, hoje poderá apreciar a actuação do Teatro Jangada em «Barca do Inferno? – variação sobre o tema de Gil Vicente».

Amanhã, sexta-feira, dia 27, assista à peça «A História dos Maridos», de Molière, uma interpretação a cargo do Teatro das Beiras. No sábado, a companhia OFITA leva à cena «O Crime de Aldeia Velha», de Bernardo Santareno.

Por último e a fechar a mostra, a Filandorra apresentará «O Burguês Fidalgo», de Molière.

Concerto em Espinho

O barítono Jorge Chaminé, de nacionalidade portuguesa, e o trio de Norberto Pereira, proveniente da Argentina, apresentam, no sábado, dia 28, às 22 horas, no Centro Multimeios, um concerto muito original.

Folclore em Fafe

O XVII Festival Internacional de Folclore de Fafe começa este sábado, dia 28, a partir das 21 e 3ª, na Arcada.

A artista plástica Fernanda Barros expõe, na Casa Municipal da Cultura, até ao dia 31, um conjunto dos seus trabalhos, com o título «Cartas de um amor e outras cores».

Exposição em Faro

Inaugura-se, hoje, pelas 18 horas, em Almancil, na sede da ASCA (Associação Social e Cultural de Almancil) a exposição «30 Anos de Emigração para a França», uma mostra que retrata a saga das gentes portuguesas em terras francesas.

Moda em Guimarães

O Centro Histórico será palco, este fim-de-

semana (dias 27, 28 e 29), do certame Moda Guimarães 2001.

Retrospectiva em Lisboa

A inauguração da exposição «José de Guimarães – Retrospectiva 1960/2001» decorre, hoje, pelas 22 horas, na Cordoaria Nacional.

Música na Lousã

«Fogo Cerrado» é a sugestão cinematográfica para amanhã, às 21 e 30, no Cine-Teatro. Trata-se de um filme assinado por Andrzej Bartkowiak, com Isaiah Washington, Steven Seagal, DMX e Tom Arnold nos principais papéis.

A música e a animação prosseguem nas noites de Verão, mais especificamente, na Praça Sá Carneiro, a partir das 22 horas. Desta feita, veja e escute os Com Tacto, que recriarão música pop dos anos 80, no sábado, dia 28.

Festas no Montijo

Realizam-se, pela primeira vez, as Festas Populares do Bairro do Areias, de 3 a 6 de Agosto.

Do vasto programa de animação destas festas destacam-se as largadas de toiros nas ruas (3, 4 e 6 de Agosto), as corridas de toiros na praça colocada no campo de futebol do Clube do Areias (4 e 6 de Agosto), os espectáculos musicais (dias 3, 4 e 6 de Agosto) e o encerramento (dia 6) com fogo-de-artifício.

Filme em Paredes de Coura

«Lara Croft: Tomb Raider» é o filme que poderá ver se passar pelo Centro Cultural no sábado, dia 28, às 22 horas, ou no domingo, dia 29, às 15 ou 22 horas.

Pintura em Portimão

O 27º Salão de Fotografia do Algarve

arranca amanhã, pelas 18 e 30, na sala de exposições da Casa Manuel Teixeira Gomes. «Maresias» é o título da exposição de pintura, da autoria de Antero Anastácio, que será inaugurada na sexta-feira, dia 3 de Agosto, na Junta de Freguesia de Alvor. A mostra permanecera patente até ao dia 12 do mesmo mês, diariamente, das 17 e 30 às 24 horas.

Gospel no Porto

A banda Renascer Praise, um dos principais e mais conhecidos agrupamentos de música Gospel do Brasil, actua amanhã e no sábado (dias 27 e 28, respectivamente) no Coliseu.

Animação em Santo Tirso

No Lugar da Ponte Velha, realizam-se amanhã e durante o fim-de-semana, as conhecidas Festas do Sanguinhedo, que contarão com a tradicional animação nocturna. Assim, amanhã, a partir das 21 e 30, actuará o trio musical Os Lusitanos. No sábado, será a vez de Miguel Rivotti e as Baby mostrarem o que valem para, finalmente, no domingo, último dia das festividades, acontecerem dois momentos musicais distintos: às 17 horas actuará o Rancho da Praça e pelas 21 e 30 o agrupamento musical Celeiro Novo.

Estórias em Sintra

O Grupo de Teatro Tapa-Furos aprese o espectáculo «Estórias de Anjos», que percorrerá as ruas da vila sintrense, no próximo fim-de-semana, dias 27 e 28, a partir das 22 horas.

Tunas em Vila Real de Santo António

A Praça Marquês de Pombal foi o local escolhido para o um espectáculo de dança da Escola de Ballet de Vila Real de Santo António, um evento a decorrer, na próxima segunda-feira, dia 30, pelas 22 horas.

SUGESTÃO

BANDAS DE GARAGEM

As chamadas «Bandas de Garagem» emergem pelo concelho de Abrantes, tomando-se num fenómeno interessante e revelando-se um exemplo positivo na forma da associação das camadas mais jovens para outras iniciativas.

São jovens, criativos. Juntam-se, algures, em qualquer garagem para tocar em grupo.

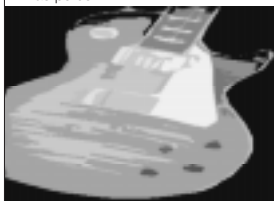
O Festival de Bandas de Garagem é uma iniciativa da Câmara Municipal de Abrantes, através do pelouro da Juventude.

Agendado para o sábado, dia 28, este certame realiza-se na Praça Raimundo Soares, a partir das 20 horas.

Realizada pela primeira vez, com esta iniciativa, a autarquia abrantina pretende dar uma oportunidade a alguns desses grupos de mostrarem a evolução dos seus trabalhos nesta área musical.

Nesta edição do Festival de Bandas de Garagem participam os Hybris, Dawn, Nut's, Ats, Profetas, Apathy, Mmi e Congnity.

Trata-se de uma oportunidade privilegiada de estar em contacto com formas alternativas de criar e interpretar música. A não perder.



POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Promessa

Prometeu
à Nossa Senhora
uma enorme vela
feita só de cera
dos ouvidos.
E como a caminhada
era longa
e de joelhos
pregou às rótulas
tacões de borracha
duns sapatos velhos.
Levava as mãos
amarradas em gesto
de prece
e a grande vela na boca,
até chegou.
Nossa Senhora
quando a viu: disse
Assim, não,
sê apenas boal!

Tóssan



6ª FILA

Manuel dos Santos



AINDA A DESPESA PÚBLICA

O Governo fez aprovar na Assembleia da República um conjunto de alterações orçamentais com o objectivo de adequar a despesa pública deste ano à evolução provável da receita fiscal, mantendo inalterável o objectivo de um défice orçamental à volta de 1,1 por cento do PIB.

Este valor para o défice público é, aliás, um dos compromissos assumidos pelo Estado português no quadro do Programa de Estabilidade e Crescimento negociado com a União Europeia.

É indiscutível que as correcções orçamentais agora concretizadas resultam inequivocamente de uma evolução da economia nacional mais desfavorável do que o inicialmente previsto.

Esta desaceleração do crescimento económico tem, obviamente, razões internas mas filia-se muito mais em razões de conjuntura externa às quais como se sabe o nosso sistema económico não pode fugir.

Poderá questionar-se se o nível do nosso necessário ajustamento orçamental não poderia ter sido inferior, mesmo tendo em conta as referidas condicionantes negativas, se a evolução das despesas públicas em anos recentes não tivesse decorrido com um perfil antecípico. Provavelmente sim, e tal até é

defensável pelos que reduzem a ciência económica a um mero catálogo de soluções e modelos facilmente recuperáveis dos manuais de ensino da matéria.

Só que a ciência económica só vale se estiver ao serviço das pessoas e é claro e inequívoco que em 1995, quando o actual Governo ganhou pela primeira vez as eleições, se verificava uma insuficiência considerável no plano da satisfação das necessidades sociais e, portanto, era escandaloso e inaceitável não aproveitar a folga existente para diminuir essas dificuldades.

Foi aliás o que o governo de então fez e bem.

A despesa pública cresceu efectivamente mas a componente relativa às despesas sociais cresceu ainda mais significativamente e em paralelo verificou-se também um significativo crescimento do investimento público.

Se outras razões não houvessem tornava-se necessário aproveitar integralmente todos os recursos financeiros comunitários colocados à nossa disposição.

Não se justifica, assim, o alarido político surgido à volta da correcção da despesa pública feita em Portugal, ignorando aliás que a mesma necessidade é sentida por países bem mais poderosos do que nós, como a Alemanha, a França e a Itália.

Aproveitar esta oportunidade para reorientar a despesa pública, tornando-a um instrumento de progresso e de satisfação colectiva é, obviamente, um designio indispensável no actual quadro político.

O cumprimento deste designio exige a definição harmoniosa de um conjunto de variáveis que permitindo atingir o essencial, isto é a diminuição do ritmo de crescimento da despesa, permita de igual modo manter o ritmo de apoio às políticas sociais e ao desenvolvimento de que o país carece.

Esta pode de resto ser bem a oportunidade de lançar na Europa um debate sobre a irracionalidade de algumas das imposições do Pacto de Estabilidade em períodos de menor crescimento económico ou mesmo recessão.

O nosso país não está só nas dificuldades orçamentais e na desaceleração do ritmo de crescimento económico e, portanto, esta oportunidade pode ser boa.

Aceitar cegamente uma diminuição da despesa pública, com o único objectivo de cumprir as obrigações contabilísticas do Pacto de Estabilidade pode ser mais negativo do que ultrapassar ligeiramente essas obrigações se tal se traduzir em verdadeiros ganhos de eficiência e qualidade.

DIXIT

«O PS e o Governo precisam de um novo impulso»

Francisco Assis

Diário de Notícias, 23 de Julho

«Há no PS alguns sectores que se instalam e temem o risco, pois a vontade de transformar implica que se corram riscos»

Idem, ibidem

«Por vezes, um líder tem de suscitar algumas oposições. Uma certa paz angelical não é propriamente uma boa carta de recomendação na vida política»

Idem, ibidem

«O Grupo Parlamentar do PS é constituído por homens e mulheres plenamente livres»

Idem, ibidem


«O espectro da insegurança nas ruas sempre caracterizou o discurso propagandístico da direita»

José Vitor Malheiros

Público, 24 de Julho

«Dizer em grandes cartazes que Lisboa está paralisada com medo dos assaltos e insinuar que os lisboetas não saem à rua devido à vaga de criminalidade é convidá-los a sentir medo da sua cidade»

Idem, ibidem



Quero ser assinante do Partido Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor		\$

Por favor remeter este cupão para:
Partido Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____


Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor		\$

Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

António José Seguro

Director-adjunto

José Manuel Viegas

Redacção

J.C. Castelo Branco

Mary Rodrigues

Colaboração

Rui Perdigão

Secretariado

Sandra Anjos

Paginação electrónica

Francisco Sandoval

Edição electrónica

Joaquim Soares

José Raimundo

Francisco Sandoval

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa
Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

